

SIA
225

24

ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA VIDA RURAL BRASILEIRA

S O U Z A B A R R O S



**ASPECTOS SOCIOLÓGICOS
DA VIDA RURAL BRASILEIRA**

SOUZA BARROS

ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA VIDA RURAL BRASILEIRA



ESTUDOS BRASILEIROS — N.º 24

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
RIO DE JANEIRO — GB
BRASIL
1967

ESO
E10

BR6006822

Ex: 2

TRABALHOS DO AUTOR:

- Êxodo e Fixação, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura
- O Nordeste (Coleção Mauá)
- O Nordeste, uma área compósita (Simpósio de Desenvolvimento do Nordeste, promovido pela CNI — SUDENE)
- Matolão de Pau-de-Arara, Rio de Janeiro — Editora Quipapá (Prêmio da Academia Brasileira de Letras)
- Cêrcas Sertanejas — Rio de Janeiro — Ministério da Educação — Coleção Cadernos de Cultura.
- Subdesenvolvimento, Nordeste e Nacionalismo. São Paulo, Editora Fulgor, 1965.

SUMÁRIO

— APRESENTAÇÃO QUASE DESNECESSÁRIA	
— <i>Manuel Diégues Junior</i>	VII
1 — POSIÇÃO E IMPORTÂNCIA ATUAL DA SOCIOLOGIA. PROBLEMAS DA SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA	1
2 — O CAMPO DA SOCIOLOGIA NA VIDA RURAL	5
3 — ISOLAMENTO E CONTATOS SOCIAIS. PADRÕES DE COMPORTAMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL	9
4 — ESTRUTURA POPULACIONAL E ASPECTOS RURAIS E URBANOS	13
5 — CARACTERIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES BRASILEIRAS	21

6 — COMUNIDADES RURAIS E DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL ...	29
7 — TIPOS DE POVOAÇÃO. DISPERSÃO POPU- LACIONAL. ALDEAMENTOS E FORMAS DE GRUPOS RURAIS	35
8 — ÁREAS NATURAIS E ÁREAS ADMINIS- TRATIVAS. CONCEITO LEGAL DE QUA- DROS URBANO E RURAL	39
9 — COLONIZAÇÃO e ACULTURAMENTO. MI- GRAÇÕES REGIONAIS	43
10 — ORGANIZAÇÃO RURAL BRASILEIRA E RE- FORMA AGRÁRIA	49
— ANEXO: VISÃO ESTRUTURAL DO PRO- BLEMA AGRÁRIO NO BRASIL	57

APRESENTAÇÃO

QUASE DESNECESSÁRIA

Não é de agora que conheço Souza Barros — Manoel como eu, mas principalmente jornalista, economista, sociólogo. Começou sobretudo como estatístico. Foi aí que nos encontramos e nos conhecemos pessoalmente, quando juntos participamos de alguma coisa de sério que se destacava no Brasil de então: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Somos assim quase de uma mesma origem: a dos quadros ibgeanos.

Na realidade, porém, o que o projetara foi aquele trabalho realmente notável que realizou no ambiente provinciano do Recife, no fim da década de 30, através da Diretoria de Documentação e Cultura. Promoveu o melhor conhecimento da vida recifense, por meio de uma revista (ARQUIVOS), se bem me lembro, excelentemente organizada, com ótimas gravuras, bons artigos, úteis informações, e que teve a grande virtude de fugir aos padrões dos DIPES tão comuns à época. Também por meio de exposições, de concertos, de uma ótima

discoteca. Um jovem que revolucionou, naquela atividade cultural e turística, o ambiente recifense.

Depois, virou-se também para o magistério e foi nesse contacto de professor que surgiram, mais disciplinadamente, seus estudos de Sociologia Regional. Pois, creio que foi quem primeiro se lembrou, no Brasil, de realizar um curso de Sociologia Regional. A seu exemplo, e tomando como ponto de partida seus programas e sugestões, foi que, tempos depois, fiz o mesmo aqui no Rio, dando um curso de Sociologia Regional, que está hoje transformado, resumidamente, em um pequeno livro.

Agora é que mestre Souza Barros — e mestre podemos chamá-lo sem medo de cair em erro, graças à maneira como sabe dizer as coisas e expor os assuntos, quase ensinando — resolve reunir em livro material de Sociologia que poderemos considerar Regional. Pois não foge dêsse campo o que se encontra neste volume agora divulgado. É certo que êle trata

básicamente da vida rural, de aspectos sociais rurais, do que se verifica na sociedade rural. Ou seja, de uma parte do regional. Mas sente-se, nas exposições, no trato do assunto, na maneira de dizer, que Souza Barros reconhece o mundo rural como aspecto da região. E outra coisa, na realidade, não é. Em certo trecho deste seu livro, pequeno mas excelente, diga-se de passagem, Souza Barros escreve: As comunidades rurais brasileiras são muito mescladas de atividades globais, não havendo, geralmente, nucleamento específico das populações rurais. As nossas vilas e povoados seriam, assim, mais "urbanos" que rurais.

Saliente-se, aliás, que este livro nos mostra uma outra faceta do sociólogo Souza Barros; em obras anteriores, como é o caso de Êxodo e Fixação, de Cêrcas Sertanejas, ou de Matolão de Pau-de-Arara encontramos o observador, o estudioso, o analista de aspectos específicos ou particulares do mundo rural; o intérprete de problemas sociais do meio rural,

estudando e indicando soluções. Com êste livro, oferece a facêta do expositor de princípios teóricos ou metodológicos, estudando já agora fundamentos sociológicos da vida rural. São justamente os capítulos dêste livro: temas teóricos, princípios sociológicos, problemas sociais relacionados ou aplicados ao meio rural.

Não tenho dúvida de que o leitor muito vai aproveitar, tal como aproveitaram os que ouviram suas aulas, com a leitura destas páginas. O que diz respeito aos aspectos sociais do mundo rural, o sociólogo Souza Barros desenvolveu didaticamente, com uma precisão que vale a pena destacar. Também quando trata da demografia, sente-se o conhecimento do velho estatístico lidando com números e gráficos, da mesma forma que a segurança de seu domínio no tema.

Êstes estudos revelam um Souza Barros que nós, seus amigos, estávamos habituados a conhecer e a admirar, mas que o público nem sempre conhecia e, por isso, não podia

admirar. Acredito que o sociólogo revelador de alguns aspectos da vida rural brasileira, neste livro, vai agora ser melhor conhecido e, sobretudo, admirado. Pois já era conhecido através de seus estudos antes citados; e por eles já recebia os melhores aplausos. Daí se tornar quase desnecessária esta apresentação, que não vale senão como testemunho de velho aprêço e de não menos velha estima, de que o autor se faz credor.

Passe o leitor adiante, o mais rápido possível, vá de página em página, leia capítulo por capítulo, mergulhe neste mundo de conhecimentos que se abre diante de nossos olhos; e se compenetre de que se trata mesmo de livro de mestre: do nosso mestre Souza Barros, senhor, com pleno domínio, não apenas de bons conhecimentos, mas igualmente de boas qualidades de amigo e companheiro.

Rio de Janeiro, julho de 1966.

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

POSIÇÃO E IMPORTÂNCIA ATUAL DA SOCIOLOGIA. PROBLEMAS DA SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

1 — Vocação atual da Sociologia. 2 — Diferença entre Sociologia e Filosofia Social, Antropologia Social e outras Ciências do homem.

1. A Sociologia como ciência do homem tem hoje um papel de grande relevância no estudo dos agrupamentos humanos. Pelo exame, pelo levantamento e interpretação dos fatos que dizem respeito à sociedade humana, ao seu comportamento e às suas implicações com o meio, ou seja, com os seus aspectos morfológicos, exerce a Sociologia uma função primacial na interpretação e análise dos fatos sociais.

Antes mesmo da criação do termo Sociologia, já existia uma interpretação sociológica da sociedade ou, pelo menos, um pensamento sociológico sobre os fatos humanos.

Não se pode, assim, dar o aparecimento da Sociologia só do período de Comte, propriamente. De fato, deve-se a êste pensador francês o termo SOCIOLOGIA que êle empregou pela primeira vez, para diferenciar da FÍSICA SOCIAL, expressão também empregada por Quetelet.

2. Poder-se-ia dizer que data de Comte um tratamento mais autônomo daquela concepção que se passou a chamar sociologia, com pretensões a uma ciência independente. O fato de viver em sociedade, e êste fato existe de tempo imemorial, permitiria supor relações sociais, regras de ação que determinariam a existência de interações, de normas, um

grupo social enfim, com implicações dentro das próprias condições do meio físico, e que se estenderia às mais simples e primárias sociedades humanas.

As regras sociológicas teremos que descobrir primeiro, ou nestas tradições e *mores*, ou no pensamento de filósofos e religiosos que criaram assim corpos de doutrina, refletindo mais o *normativo* e o *finalista*. Essas concepções não examinavam a sociedade *per se*, mas o que ela *devia ser*, o ideal de uma “*melhor*” organização social ou política. Assim se exprimia o finalismo de todas essas concepções filosóficas anteriores, como as leis de Platão, a Política de Aristóteles, o ensaio sobre o Governo Civil de Locke, a Utopia de Thomas Morus, a Cidade do Sol de Campanella, o Código da Natureza de Morell, o Espírito das Leis de Montesquieu e o Contrato Social de Rousseau.

O *normativo* estabelece regras de ação para a vida coletiva; tem a preocupação apenas de determinar formas de conduta. Estas concepções são, no entanto, as definições do fato social, anteriores a uma ciência sociológica. Mesmo finalista e normativa, ela ia exprimindo indiretamente as realidades de cada época, as formas condenáveis de cada sociedade, pretendendo um “ideal puro” de organização social.

Esses pensadores e filósofos citados se referem apenas ao Ocidente. As velhas civilizações asiáticas criaram, por sua vez, corpo de doutrina social, baseadas, sobretudo, no sentido religioso (filosofia dos Vedas, na Índia). O budismo e o confucionismo chineses, religiões de sentido mais panteísta, mas inseridas também de grande sabedoria humana, embora contrastando sempre pelos aspectos de fixidez da organização social. No Oriente também surge a primeira religião mono-teísta e bem se poderia perguntar: qual a religião que não veio do Oriente?

O *normativo* e o *finalista* estiveram presentes, assim, em todas as concepções anteriores, em todas aquelas respostas ao que *deve ser* e ao que *tende a ser*, sem nunca indagar quase o que é do plano da filosofia científica e sobretudo do campo da sociologia atual, que procura se basear num conhecimento preciso das realidades sociais.

Aquilo que Durkheim definia como uma maneira de ser constante, uma *natureza* donde derivam relações necessárias, passando por aquele estágio ou aquele conhecimento de que os fatos são de uma determinada forma e não de outra. Isto levaria à formulação de leis ou ao sentimento de que existem leis que determinam os fatos sociais e que lhe dão, por isso,

uma expressão de pensamento científico. Daí dizer Cuvillier que para se ter a noção de *leis naturais* em sociologia, "é necessário que triunfe a idéia de que os fenômenos sociais, ainda que tendo o homem por autor, obedecem a leis".

Ainda com a metodologia de Durkheim, para que a sociologia existisse como ciência, deu-se ênfase aos aspectos reais do social, apresentando não só especificidade e objetividade do social, como uma dinâmica e uma terapêutica social-científica.

No social, a herança tem pouco que ver com os seus fatos. Aquela célebre referência de Descartes de que uma criança alemã ou francesa vivendo entre povos primitivos ou africanos, ou numa horda bárbara, não seria nem francesa nem alemã, empresta uma identidade a êste conceito. Uma lei, por isso, não empresta nenhuma fixidez aos elementos físicos ou sociais. É um contra-senso pensar-se que a noção de permanência de leis é a fixidez das formas ou das instituições, desde que a lei é, como já se definiu, uma simples relação *entre elementos que variam*. Êste é o sentido das influências relativas ao campo da sociologia. Um outro aspecto é o da variabilidade no tempo, que se manifestou nas ciências sociais, sobretudo pela concepção do historicismo ou da interpretação histórica, ou das variações dos processos históricos. O terceiro é o da variabilidade no espaço. O conhecimento extensivo do mundo, as investigações etnográficas, a criação da ciência antropológica e o estudo do folclore deram uma nova oportunidade à Sociologia baseada no conhecimento dos fatos e na observação da variabilidade, através de análise comparativa, dos problemas sociais. As investigações sôbre a formação da família, a organização dos clãs e tribos, os estudos das estruturas econômicas de cada povo ou região abriram novas concepções à realidade dos fatos sociais.

A Sociologia atual não pretende estabelecer categorias finalistas ou normativas. Não se propõe a resolver, portanto:

- 1 — nem o problema do destino da humanidade;
- 2 — nem o da ordem e progresso;
- 3 — nem o do conflito entre o indivíduo e a sociedade;
- 4 — nem o da oposição entre o psíquico e o social;
- 5 — nem o do fator predominante;
- 6 — nem o das leis sociológicas."

Todos os falsos problemas ou os problemas mal colocados, dogmáticos e infrutíferos deixam de ser objeto principal da sociologia. *Ela tem que aparecer como uma ciência que está*

depurando e revisando o seu equipamento conceitual, os seus métodos, suas técnicas. Chega-se, nessa esquematização de Gurvitch, a conceber que a Sociologia entra na sua fase de madureza, com uma formação já segura para examinar os problemas da sociedade dentro da realidade contemporânea. (*La Vocation Actuelle de la Sociologie*, de Gurvitch).

Não pode haver sociedade sem sócios. Sociedade e indivíduo estão ligados assim como irmãos siameses. A sociedade compreende *os homens e nós mesmos, compreende os Outros. Os Nós e os Eu.*

Nesta imanência de reciprocidade, a sociedade se encontra nas profundidades dos *Eu* e se encontra o *Eu* nas profundidades dos nós outros da sociedade. Não há, assim, um conflito, como diz Gurvitch; êsse conflito é simples ilusão de ótica. O conflito pode existir, mas apenas numa diferenciação de grau, ou seja, entre um indivíduo e um tipo de sociedade à qual êle não pertence. As divisões de classe exprimem, também, êsse fato. O indivíduo, como a sociedade, tem aspectos exteriores, físicos e materiais — (influências morfológicas, ecológicas e fisiológicas) — hábitos, costumes, ritos, práticas, modelos, símbolos “standard”, unidades, *mores*, (status).

O mental ou psíquico só pode interessar à sociologia como uma das partes integrantes da realidade social, ou seja, quando nos ocupamos da mentalidade coletiva, da consciência coletiva, terminando sempre a consciência coletiva, os fatos da sociabilidade por se imporem à primeira.

Daí as diversas escolas aparecidas dentro da Sociologia. Num rápido Curso de Sociologia Rural, não há tempo para repassar as diversas escolas. Teremos que encarar a Sociologia como uma forma de interpretação da vida dos grupos humanos e, no nosso caso, da vida rural e de suas interpenetrações com a vida brasileira, já que é impossível pensar-se numa sociedade rural desintegrada da sociedade como um todo e, tampouco, da sociedade urbana. De fato, ao pensar-se na Sociologia como uma ciência para o estudo das transformações do social, do seu desenvolvimento, temos que pensar, sobretudo, num processo de penetração do urbano no rural. Urbano, neste sentido de setor secundário e terciário, isto é, indústrias e serviços. O estímulo ao desenvolvimento da produção agrícola, em bases industriais, estabelece a formação de infra-estruturas da produção, de transformação e de mudança dos aspectos rurais em aspectos que vão se tornando rapidamente industriais e urbanos, criando-se, assim, uma amálgama entre êsses dois campos sociais.

O CAMPO DA SOCIOLOGIA NA VIDA RURAL

1 — A Sociologia é uma só. Pode-se aprofundar o estudo de determinados grupos especificamente e, assim, se responderá, de forma mais rigorosa, ao comportamento desses grupos, sua ambiência, suas interações, seus status e estratificações. 2 — Os dois grupos de ambiência social: o rural e o urbano. As manifestações da vida social que se entrelaçam e que não são positivamente ou perfeitamente *urbano* nem *rural*. O termo *rurbano* de Galpin. 3 — Contraste entre as vidas da cidade e do campo. A agricultura e a vida rural, dando lugar ao contato com a natureza, com as coisas vivas (plantas e animais), como uma das diferenciações mais fortes. Diferenciação entre a atividade da vida urbana e rural.

1. Para se pensar em Sociologia da vida rural, há que examinar como essa vida rural se estrutura e que aspectos morfológicos e ecológicos a tornam diferente da vida social específica de outro grupo, sobretudo numa comparação com a vida social urbana.

Deve-se à agricultura, com certeza, a formação dos primeiros grupos humanos mais estáveis. A prática da agricultura e a defesa dessas culturas teriam levado o homem a fixações mais definitivas, ao aparecimento dos grupos sedentários dedicados a formas pacíficas de trabalho. Sujeitos que estavam a ataques animais, à incursão de outros homens mais dedicados ao saque, às guerras intestinas, e às culturas

extrativas, surgiu então a idéia de defesa dêsses núcleos e, com isso, o aparecimento de uma vida comunitária mais intensa. Foram estas, certamente, com o aparecimento de uma economia agrícola, embora elementar, as sementes para a formação de aldeias, futuras cidades. A guarda das mercadorias produzidas e a divisão de trabalho (desdobrando os aspectos da vida do campo, pròpriamente, e aquêles outros mais ligados aos da distribuição, com o comércio e o aperfeiçoamento do simples escambo) teriam que dar lugar a um melhor emprêgo da diversidade de produtos que começavam a aparecer e, com essas mudanças, a atividades outras, que não só as de primitivo trabalho nas selvas e campos.

2. Com o caminhar desta segunda época é que começou a fazer-se sentir a dualidade cidade-campo. A aldeia primitiva, de mera organização agrícola, teria sido ponto germinativo para as formas mais adiantadas do urbano e, até mesmo, em período muito posterior, das Cidades-Estado. Nestas últimas, onde a *urbs* tinha já um caráter de centro e de irradiação, o têrmo "urbano" surgiria antes em contraposição a *oppidum* e depois, em perfeita autonomia, ao rural. Com o têrmo "urbano" passou a representar, além do centro cívico, um próprio *status* das pessoas, das atividades e, por último, das próprias áreas.

A estrutura social da comunidade rural tem condições diversas, às vêzes muito específicas, diferentes, portanto, da urbana. Em primeiro lugar, a diferenciação em grupos, através de um processo de especialização e de divisão do trabalho, é sempre mais intensa na área urbana que na rural. Os escalões sociais se apresentam em maior número e sua organização é mais complexa na área urbana. De certa maneira, êles se integram e se coordenam em função das próprias necessidades de vida em comum, nos limites da aglomeração urbana.

3. Essas formas de estratificação constroem pirâmides sociais diferentes na cidade e no campo. O escalonamento social é menos rico em ambientes neste do que naquele. Os seus extremos acham-se mais afastados na cidade, porém no meio urbano a distância social é menor, dentro de uma riqueza maior de interações. A solidariedade social nasce, entre os homens de campo, mais em razão da semelhança de atitudes e de estrutura do que da divisão do trabalho, como é o caso das cidades. Nestas predomina a solidariedade que Durkheim chamou de "orgânica", enquanto que no campo dominam mais as atitudes da consciência da espécie, digamos assim,

mais biológicas. "Opor a cidade ao campo traduz apenas uma parte ou uma face da realidade, porque citadinos e rurais formam a certo respeito uma sociedade única. Eles participam de uma mesma forma de civilização e de um mesmo mercado econômico". Em lugar de se opor a cidade ao campo, G. Friedmann propõe antes distinguir dois meios: o "meio natural" e o "meio técnico" que se caracterizam por uma diferença de condicionamento psicológico, sociológico e etnológico. No primeiro, nada se interpõe entre o homem e a natureza, salvo os utensílios, prolongamento direto do corpo e da habilidade profissional: o homem, reagindo às estimulações providas de elementos naturais. No segundo, estabelece-se em torno do homem uma rede complexa de técnicas tendendo para o automatismo e que lhe fornece estímulo, técnicas, das quais a Sociologia contemporânea mostrou as diferenças essenciais com o desenvolvimento natural de técnicas de produção, de comunicação, de recriação, etc.

Com a transferência de grupos entre os dois quadros (Urbano e Rural) sucedem ocorrer certos choques. A desorganização decorrente, na área urbana, da perda de poderes do *pater familiae*, por exemplo, não pode ser interpretada como uma vantagem para o patriarcalismo rural. Verifica-se, igualmente, que a estrutura econômica, possibilitando o trabalho da mulher na fábrica, nos escritórios, se processa muito rapidamente sem que os *socii*, quase sempre oriundos da área rural, estejam preparados para essa brusca transição. A diferença de papéis nos *status* está, assim, ligada aos processos de estrutura e às alterações na morfologia social, na sua interpenetração.

O termo *rurbano* de Galpin, adotado por Gilberto Freyre, significa certos aspectos da interferência do rural no urbano e vice-versa. Simples contatos de periferia. Há, por outro lado, aspectos de estrutura dentro do rural que fogem a esse comportamento. Os americanos denominam *rural no farming* a todas as atividades dentro da área rural que não são propriamente agrícolas. De certa maneira, as comunidades rurais brasileiras são muito mescladas de atividades globais, não havendo, geralmente, nucleamento específico das populações rurais. As nossas vilas e povoados seriam, assim, mais "urbanos" que rurais.

**ISOLAMENTO E CONTATOS SOCIAIS.
PADRÕES DE COMPORTAMENTO
E INTERAÇÃO SOCIAL**

1 — Distância física como causa de isolamento social. Os dois sentidos em que se pode empregar isolamento ou falta de comunicação entre *socii*. 2 — Conservantismo tradicional no campo. Limitado número de atividades nas estruturas arcaicas reduzem as oportunidades de escolha ou mudança de profissão. 3 — Tipos de contato social e padrões de comportamento entre *socii*. 4 — Interação social. 5 — Isolamento e ecologia social.

1. “Nunca seria demasiado invocar que o meio natural se impõe com muito maior força ao homem que trabalha a terra do que aos demais que se dedicam a outras atividades.

As cidades estão, por isso mesmo, livres dessa servidão da distância e onde os aspectos de interação se produzem com maior rendimento. Em qualquer estudo que se fizer sobre a evolução do meio rural no Brasil, não se poderá deixar de ter em vista o aspecto da amplitude do nosso território, criando para as atividades da agricultura um denominador comum de isolamento.” (*)

O pêso da extensão da nossa herança territorial, se passou a constituir um “slogan” de ufanismo, teria, por sua forma tão pouco adequada do lançamento da propriedade agrícola, a responsabilidade do tipo morfológico desses aspectos da vida rural brasileira.

(*) Sousa Barros — *Matolão de Pau-de-Arara* — Rio, 1964.

A pobreza de interação, dentro da sociedade rural, do tipo da brasileira, dá à mesma grande força de reação às inovações e um grande apêgo às tradições. A população rural é muito mais apegada aos seus costumes e hábitos, muito mais rica de etnocentrismo e de *folc*. O visitante na área rural é sempre um estranho e sua identificação com o meio se apresenta mais difícil do que na área urbana. A atitude com os estranhos e a medida dêsse comportamento podem ser mesmo tomadas como índice de avaliação, no meio rural, para os casos de erradicação de hábitos e de adoção de novas técnicas educacionais e de desenvolvimento de comunidade.

2. Há marcada diferença na estrutura e comportamento da família rural e urbana. Os aspectos do patriarcalismo são responsáveis por vários dos aspectos negativos que ainda predominam em muitas das nossas zonas rurais. A liderança social, na área rural, está ligada à terra e à estrutura da organização agrária. Na família rural, o aspecto patriarcal mantém, ainda, uma forte pressão vertical, anulando, até certo ponto, os próprios contatos dentro da família. Neste sentido, a estrutura urbana vem anulando, quase que completamente, êsse exagerado rigor do *pater familiae*. (*)

3. A classificação dos tipos de contato social tem que se inferir dos graus de interação, dentro dos grupos humanos. O contato social pode ser *face to face*, sobretudo nas estruturas mais primárias, e pode também servir-se dos instrumentos da técnica, como ondas sonoras, raios luminosos e da própria estrutura fisiológica, como no primeiro caso, órgão dos sentidos, etc. Nos contatos indiretos, os meios mecânicos são indispensáveis, e nem sempre o padrão de estrutura rural permite êsses processos. Shaler refere-se a duas espécies de contatos: os categóricos e os "simpatéticos".

Nessas classificações de contatos há muitas vezes formas exageradas de etnocentrismo na maneira, por exemplo, de lançar epítetos como "mondrongo", "carcamano", "judeu", "caipira", "turco", "pau-de-arara". Os "simpatéticos" seriam antes estabelecidos dentro de qualidades pessoais do indivíduo. Mais função de *status*, correspondendo, assim, à posição de membro do grupo quando individualizado ou situado pela sua posição social.

(*) Seria interessante ter sempre em vista a diferença entre a família parental, mais impregnada de clã, da simples família biológica — casal biológico e descendentes diretos. A família parental, no Brasil, circunscreveu-se aos nossos grupos indígenas, muito embora o patriarcalismo tivesse, às vezes, linhas quase semelhantes.

A medida em que o ritmo de mudança social se estabelece ou se acelera, os tipos de contato tendem a desorganizar-se. Em geral, são os meios mecânicos de comunicação que estruturam essas mudanças e que transformam a posição e o comportamento dos *socis*, no que toca à interação. Esses tipos de contatos podem ser caracterizados, os primeiros como contatos primários e os segundos como contatos secundários.

Por sua vez, as oportunidades de mudança de profissão e de classe são muito menores nas comunidades rurais, sobretudo em áreas de monocultura ou nas economias fechadas e marginais.

4. Todo o processo social se baseia em interação. Interação entre membros de um grupo e entre os grupos de uma sociedade. Sem nenhuma dúvida, portanto, os contatos sociais geram essa interação. Contato no sentido de comunicação. A simples proximidade física nem sempre provoca interação. Nos centros urbanos, é comum a proximidade física em edifícios de apartamentos sem gerar formas de interação que são muitas vezes constituídas à distância dos locais de residência, nos locais de trabalho, clubes e, sobretudo, através dos meios indiretos e mecânicos. Na área rural, os tipos de interação, criando relações, face a face, tornam possível uma participação da vida em comum dentro da comunidade, que vai desde as relações de parentesco, de amizade, às de subordinação com evidente aproximação entre indivíduos. Naturalmente formas de constrangimento social existem que reduzem os tipos de interação. A distância entre grupos sociais ou classes, ou, ainda, aspectos individuais (côr, religião, nacionalidade) podem conduzir a separação e à falta de interação. Contudo, entre nós, o sucesso social conta muito mais do que a côr da pele.

Processos de interação conduzem, ainda, a competição e comunicação. Não se deve compreender competição como antinomia entre pessoas ou grupos mas como livre entendimento numa identificação nas diferenças de relações que têm os *socis* dentro do processo social, dentro daquilo que deve gerar comunicação, ou seja, transmissão de atitudes e de sentimentos.

5. Uma das constantes do meio rural brasileiro é a dispersão na forma da ocupação da terra. O português não transportou para a sua nova colônia o aldeamento que já praticava no seu meio rural.

Esta tradição do isolamento se alastrou de tal maneira que o próprio tipo de colonização *não-lusa*, trazida depois para o sul do Brasil, passou a praticar, com algumas exceções, o mesmo tipo de ocupação.

Nunca seria demais invocar que o meio natural se impõe com muito maior força ao homem que trabalha a terra do que aos demais que se dedicam a outras atividades. Esta é uma das causas determinantes da nossa pobreza comunitária e que decorre em linha direta do isolacionismo do nosso meio rural.

A ESTRUTURA POPULACIONAL E ASPECTOS RURAIS E URBANOS

1 — Como cresce uma população. 2 — Composição da população. Diferenciações regionais e população. 3 — Pirâmides de população. Importância da representação em pirâmides para compreender aspectos de atividade, de custo social, índices de dependentes, etc. 4 — Densidade de população. Densidade natural e específica.

1. A população cresce por dois modos: nascimento e imigração. Raymond Pearl estabeleceu um índice para apresentar o crescimento ótimo da população, a que chamou *índice vital*. Tôda vez que os nascimentos são superiores aos óbitos de um grupo populacional, admite-se que o seu crescimento é satisfatório.

2. Ao examinar-se o estoque de população brasileira, verifica-se que ela tem os seus índices maiores nos grupos de idade mais baixos. Mais de 50% da população têm menos de 20 anos de idade. Os índices de natalidade são sempre elevados nas populações de formação mais rural e, sobretudo, nas regiões chamadas subdesenvolvidas. Podemos notar, ainda, nos países ou regiões subdesenvolvidas vários aspectos: os de grande densidade populacional e os de baixa densidade populacional. O Brasil está neste último caso. O exame de uma população pelos grupos etários revela as características principais desse universo. É pelo exame dos grupos etários que vamos verificar quais os aspectos essenciais à vida de um

país, sobretudo quando se quer atentar para os seus problemas. "Basta citar alguns fatos que dependem da composição etária da população, para que se configure exatamente essa importância". Outra forma de distribuição da população a examinar é a regional e, de certo modo, ecológica. O Brasil, extenso território, de importância continental, insere aspectos regionais muito diversificados, não só no tipo de atividades econômicas como em produção e alimentação e de subordinação às condições climáticas e bióticas. Dêsse ponto de vista, podemos distinguir três regiões extremamente diferenciadas: a amazônica, a do nordeste, compreendendo a bacia do São Francisco e as demais vertentes orientais e a do Paraná—Uruguai. Nessas três regiões, condições de vida se estabelecem mesmo em relação a clima, apresentando aspectos totalmente diversos.

O homem das margens dos grandes rios da Bacia Amazônica tem comportamento e atividades muito diferenciadas das do gaúcho dos pampas ou do sertanejo do Nordeste.

A análise da população, portanto, deve circunscrever-se aos aspectos de região, para conseguir melhor identificação da composição de cada uma delas, naquelas atividades que são comuns a cada região e também em relação àqueles aspectos que, embora comuns a qualquer população, se diferenciam, no entanto, nos índices de participação, pelos efeitos ecológicos e naturais e outras determinantes das condições regionais.

3. O fato a considerar, antes de tudo, é que uma população considerada "jovem" tem maior custo social e menor produtividade.

Daí, a necessidade da verificação da composição das populações pelos grupos de idades. Nenhuma projeção gráfica nos dá melhor esta configuração do que a pirâmide. Aliás, no caso da pirâmide de idade, ela resulta da própria distribuição gráfica dos grupos etários.

Os demógrafos convencionaram três esquemas da evolução populacional:

O primeiro é o de uma população "jovem", em que a pirâmide toma a forma de um triângulo equilátero.

O segundo, o da população estacionária, no qual os grupos etários, até a idade de 45 anos, dão uma forma quase retangular à base da pirâmide, começando a seguir o declínio dos grupos por uma queda progressiva.

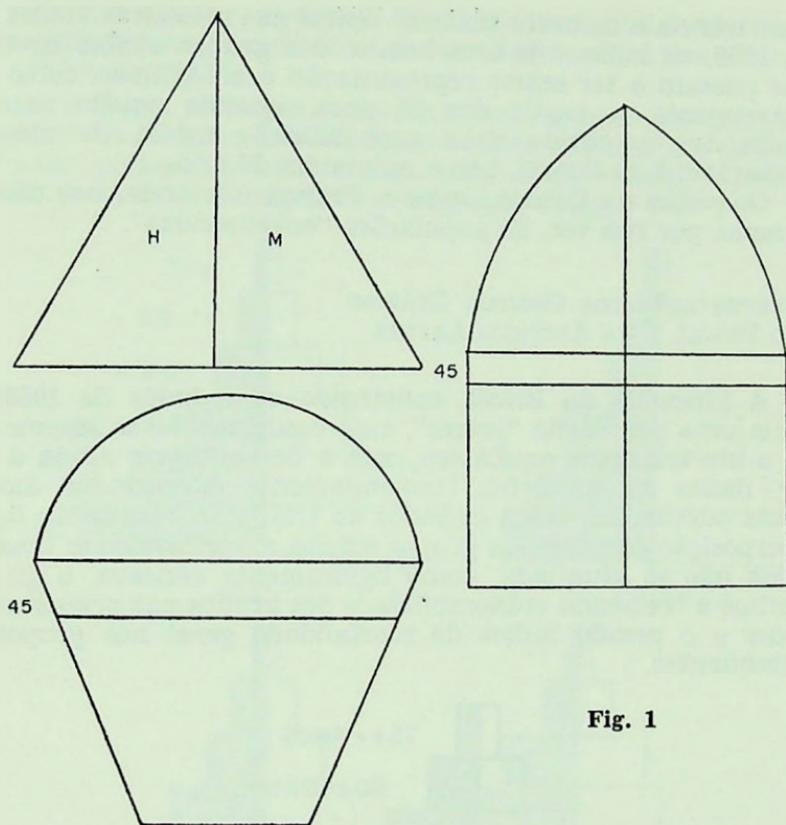


Fig. 1

O terceiro é o de uma população “velha”, na qual a base da pirâmide é estreita e se vai alargando até o limite de 45 anos, quando começa novamente o declíneo, porém de forma menos acentuada do que na anterior.

A população de um mesmo país pode passar, assim, pelas três fases.

O caso, por exemplo, dos Estados Unidos, que no período anterior a 1870 apresentava uma população “jovem” com largos índices nos grupos etários abaixo de 19 anos e cuja configuração era igual à da população brasileira levantada pelo censo de 1950.

Já em 1920, porém, a população americana tinha outra distribuição etária e chegou mesmo, em 1940, a apresentar aspecto de população “envelhecida”, com estreitamento na base da pirâmide representativa, dando a entender uma maior

sobrevivência e menores taxas de óbitos nas primeiras idades. Em 1950, os índices de crescimento dos grupos abaixo de 9 anos passam a ter maior representação e alargam-se, consideravelmente, a partir dos 55 anos, quando aquele país mostra ter adquirido uma probabilidade média de vida comparável à da Suécia, isto é, acima dos 65 anos.

Os países da Europa, como a França e Irlanda, nos dão exemplo, por sua vez, de populações "envelhecidas".

INTERPRETAÇÃO DOS GRUPOS ETÁRIOS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

A pirâmide do Brasil, construída com dados de 1950, revela uma população "jovem", cuja conformação se assemelha a um triângulo equilátero, com a desvantagem ainda de que, dadas as condições tremendamente carenciadas das nossas populações, força os lados do triângulo resultante da superposição dos diversos grupos etários a apresentarem uma forma não só afunilada, como ligeiramente côncava, o que exprime a tremenda vulnerabilidade dos grupos nas primeiras idades e o pesado índice de mortalidade geral nos grupos subsequentes.

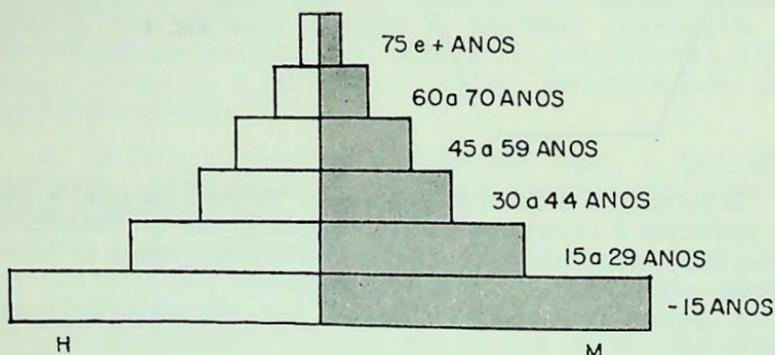


Fig. 2

Populações desse tipo têm um tremendo custo social. As despesas havidas com o ensino e a educação e a preparação dos grupos ativos dão um baixo rendimento, já que a esperança de vida é, em média, para o Brasil, de menos de 40 anos.

Comparações já realizadas sobre os totais dos grupos etários abaixo de 14 anos e acima de 65 mostram que, para

cada mil adultos no Brasil, há 752 jovens e 44 velhos (êstes considerados acima de 65 anos e os adultos entre 15 e 64 anos). (Dados de 1950.)

A nossa situação é desvantajosa, mesmo em relação a países da América Latina, como o Chile, Argentina e Uruguai, cujas pirâmides, comparadas com a do Brasil, mostram muito melhor distribuição dos grupos etários.

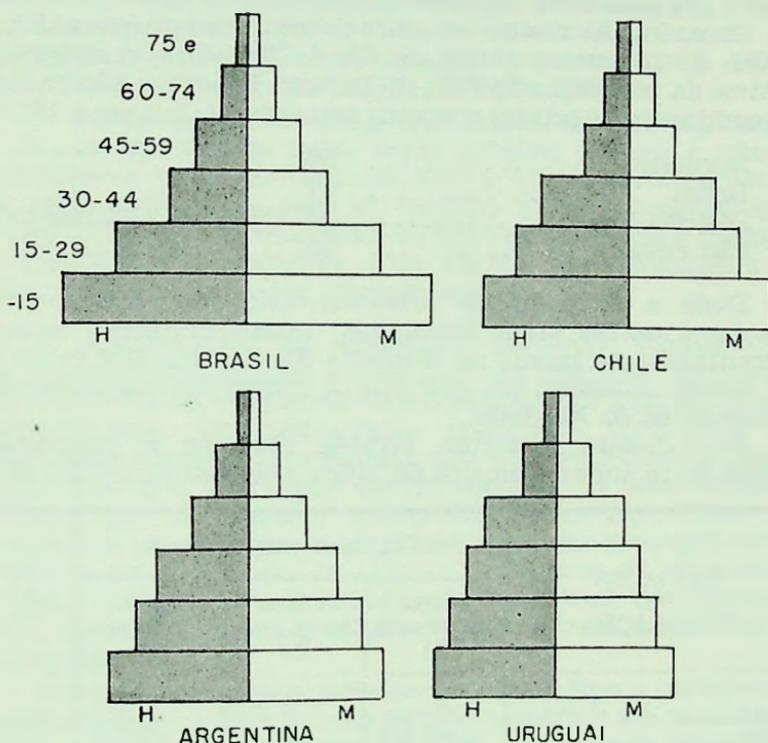


Fig. 3

Vê-se, na representação gráfica anterior que a pirâmide do Brasil é a que revela um contórno de mais larga base, resultante de maior aumento vegetativo. No entanto, os outros países, em certas circunstâncias, também são países subdesenvolvidos. O que ocorre, portanto, é que o Brasil, com um largo território, possuindo uma região subdesenvolvida, como a do Nordeste, densamente povoada, e regiões desaparelhadas, ou não exploradas ainda, como as do Norte e Centro-Oeste, apresenta muito maior pêso de população no setor

primário da agricultura ou do extrativismo vegetal, com alto índice de fertilidade e pouca sobrevivência.

Examinando-se, no entanto, as pirâmides das populações de unidades do sul do País, com forte organização industrial e grandes aglomerações urbanas (Estados de São Paulo e Guanabara — hoje — pois os dados se referem a 1950) — vê-se que elas fogem ao estilo da pirâmide do Brasil como um todo e das pirâmides regionais do Nordeste e extremo Norte.

Comparações realizadas sobre os totais dos grupos etários abaixo de 10 anos e acima de 60, do Nordeste, com iguais efetivos da população do País, do Distrito Federal e São Paulo, apresentam os seguintes números percentuais, quanto a 1950:

Nordeste	59
Brasil	57
Distrito Federal	44 (Hoje — Guanabara)
São Paulo	53

Dada a situação de subdesenvolvimento, mesmo em relação a outras áreas brasileiras, vamos encontrar maior percentagem de jovens no Nordeste do que em São Paulo e em outras unidades, em que pese a imigração constante de adolescentes do Nordeste.

Pelo quadro a seguir, pode-se observar a população abaixo de 15 anos e acima de 60, sobre 1 000 adultos (16 a 59),

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMEROS ABSOLUTOS			1.000 a+b (c)
	Jovens 0 a 14 anos (a)	Velhos 65 anos e mais (b)	Adultos 15 a 64 anos (c)	
Piauí.....	482 361	21 616	541 719	930,3
Ceará.....	1 224 307	64 150	1 406 993	915,8
Rio Grande do Norte.....	422 223	28 330	517 368	870,9
Paraná.....	754 122	45 337	913 600	875,3
Pernambuco.....	1 440 117	81 467	1 873 601	812,1
Alagoas.....	485 215	28 812	579 074	887,7
Sergipe.....	283 404	20 781	340 176	894,2
Bahia.....	2 093 102	134 582	2 606 891	854,5
Rio de Janeiro.....	947 200	56 553	1 293 441	776,0
São Paulo.....	3 461 635	233 605	5 439 181	679,4
Rio Grande do Sul.....	1 723 329	112 950	2 328 542	788,5
Distrito Federal.....	673 799	78 527	1 625 125	462,9
BRASIL.....	21 694 974	1 269 169	28 980 254	792,4

Dados de 1950.

dos Estados do Nordeste, em comparação com outras unidades brasileiras e com o total do País.

O maior número de jovens em uma população é um fenômeno, porém, comum a tôdas as regiões subdesenvolvidas. Se examinarmos populações de países ricos e desenvolvidos e compararmos êsses grupos com os do Brasil e de outros países da América Latina, veremos que a "disparidade é tremenda e que o número de jovens, por 1 000 adultos, cresce extraordinariamente nos países de economia pobre ou de economia mais baseada numa agricultura empírica". (Vide *O Nordeste* — Souza Barros, Rio, Coleção Mauá.)

O exame, portanto, dos grupos etários de uma população e da sua distribuição pelas áreas urbanas e rural é estudo necessário a qualquer trabalho que se queira fazer do ponto de vista sociológico, não só visando a uma programação educacional, como a quaisquer outros aspectos onde o número de habitantes se considere como centro das atividades e se procure conhecer o seu comportamento.

4. Os aspectos de densidade precisam também ser examinados em relação a um país da extensão territorial como a do Brasil, com áreas anecumênicas e de grandes vazios populacionais. Os demógrafos costumam distinguir as densidades naturais ou simplesmente a relação entre a população total e a superfície de um território e determinadas relações que estabelecem outras densidades específicas. As densidades urbanas, por exemplo, ou das áreas metropolitanas (caso da cidade do Rio de Janeiro e sua área de influência, de São Paulo e a complementação industrial do chamado ABC; do Recife, com a projeção da área urbana sôbre Olinda e Jaboatão, etc.).

A densidade agrária pode ser um outro tipo a considerar, e se apresenta como a relação entre a superfície e a população agrícola das terras produtivas. Ainda a densidade fisiológica que se mede estabelecendo uma relação entre o número de habitantes e a superfície das terras produtivas, não incluindo as áreas de florestas. Podia-se acrescentar, também, a densidade econômica que considera as diferenças de fertilidade do solo, as riquezas disponíveis ou renováveis, o nível de vida, etc., mas que não tem sido usada mais freqüentemente, em virtude da dificuldade de ser apurada de forma mais rigorosa.

A aplicação dêsses elementos apresentaria condições para o exame das populações dentro de critérios econômicos e sociais mais sistemáticos e de grande utilidade para a valorização dos índices sociais.

CARACTERIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES BRASILEIRAS

1 — População rural e sua estrutura profissional. 2 — Mobilidade social e profissional como índice de transmutação social. 3 — Família e organização rural. 4 — *Status* na área rural e na zona urbana. 5 — Os índices de Sauvy.

1. A representação da estrutura rural deve ser dada pelo quadro profissional. Examinando o quadro profissional da área rural, teremos a verdadeira representação da sua estrutura. O Censo de 1950 pode servir ainda de elemento para explicar a estrutura rural brasileira. Os aspectos estruturais não se modificaram profundamente, não havendo, assim, qualquer problema pelo uso dos dados de 1950.

De forma mais ampla, o aspecto estrutural do meio rural é caracterizado pela terra. A forma de utilização da terra e as condições de trabalho em relação à mesma dão também uma segura representação dessa estrutura. A participação, porém, das forças atuantes é que explica a interação e dinâmica da divisão profissional. Exemplifiquemos: numa área de pequena propriedade, teremos número maior de proprietários de terra. Diminuirá, com certeza, o número de assalariados, de rendeiros e da variada gama de parceiros. Um estudo numa área de pequena propriedade revelará também uma menor divisão profissional.

A grande propriedade ou latifúndio terá, nesta divisão mais dicotômica, os seus modelos principais do latifúndio da parceria e do latifúndio da "plantation".

Vejamos, porém, a posição dessas forças estruturais em relação a uma área de grande propriedade. Se é uma área da "plantation", verificaremos o menor número de proprietários e um maior número de empregados. A divisão do trabalho aumenta e com ela o número de profissões. Se há trabalho mecanizado, a divisão do trabalho aumenta ainda mais (tratoristas, mecânicos, ferreiros, serralheiros, especializações para o tratamento agrícola mais aperfeiçoado, etc.). O regime salarial deve predominar na área da "plantation" e conduzir a maior ingresso de renda, mesmo entre a massa de trabalhadores.

Examinemos, agora, uma área de grande propriedade, sem ser, porém de utilização da "plantation" ou da grande empresa agrícola. Teremos aí, também, um número ínfimo de proprietários, crescendo, no entanto, o número de rendeiros e os aspectos da falsa parceria, numa revivescência típica de formas arcaicas e mesmo feudais, alguns aspectos, também, de formas salariais, porém limitadas. A grande propriedade na área pastoril do Nordeste foi sempre dominada pelos aspectos de parceria, a não ser nos casos especiais de fazendas de criação de tipo mais desenvolvido.

Uma forma de análise na estrutura rural é, igualmente, a de comparação da sua organização profissional com a de uma área mais adiantada, também rural, ou com uma área urbana. Existindo os dados de estrutura profissional, essa comparação salientará as diferenças na divisão do trabalho, nos tipos de ocupação, e, sobretudo, na limitação da formação profissional, no campo, e na riqueza e multiplicação das atividades profissionais em âmbito da área urbana.

O processo do desenvolvimento cultural muito fica a dever à divisão do trabalho e a uma maior escala de profissões.

2. Em sociologia, podemos distinguir dois tipos de mobilidade: a mobilidade horizontal e a vertical.

No primeiro caso, ficam compreendidos todos os deslocamentos espaciais de população. Podem-se precisar, nesta hipótese, os aspectos de dinâmica populacional, de propulsão de correntes migratórias e também os aspectos mais limitados da dinâmica dentro de um só grupo populacional ou de grupos comunitários diversos ligados à força de atração pelos aspectos urbanos administrativos, econômicos, etc.

Os casos de mobilidade vertical são aqueles que explicam mais as mudanças de "status", as ascensões profissionais e as ascensões rápidas dentro do grupo social. No Brasil, os *canais* tradicionais que facilitaram rápida ascensão e mudanças de

um grupo social a outro foram, a princípio, entre outros, o Exército e a Igreja; também as uniões por interesse e certos sucessos dentro das atividades comerciais. Naturalmente que era necessário ao "socius" uma participação intensa nessa ascensão. Não se chega a bispo sem Curso de Sacerdócio nem ao alto oficialato sem Curso de Estado-Maior. Nos regimes democráticos em que a educação, de certa maneira, se abre a tôdas as classes, a mobilidade vertical forma-se em decorrência da aquisição de cursos que abrem acesso a certas carreiras de maior importância social. O Curso de Direito, no Brasil, desempenhou, desta forma, papel importante na ascensão de inúmeras pessoas pobres ou nascidas nos chamados "níveis" inferiores. A importância do bacharel ou do doutor na administração brasileira, no Império e República, dá uma resposta muito viva à importância do título educacional (uma, como dissemos já, espécie de nobilitação) na ascensão social brasileira. — Vide Luís Martins, *O Patriarca e o Bacharel*, São Paulo, Liv. Martins Editôres.

Na vida rural, como agiria a mobilidade horizontal? O êxodo rural é uma das formas típicas da mobilidade na área agrícola. Em geral, essa mobilidade decorre da falta de possibilidade da apropriação da terra, de aspectos econômicos negativos e também de reflexos psicológicos e culturais, que criaram um nomadismo nas nossas populações camponesas.

Até que os elementos egressos da vida rural se ajustem ao quadro de vida urbana, sofrem essas correntes de um marginalismo perigoso, o que não aconteceria, se se pudesse disciplinar as correntes migratórias e dispensar às mesmas, nesse período de aclimação, uma assistência maior, desde a escolha de emprêgo aos problemas de localização e assistência, numa fase de adaptação ao novo meio.

A estrutura profissional do campo, sendo muito pobre e não tendo, em geral, o rurícola educação de base, os aspectos de sua adaptação são sempre muito difíceis. De qualquer maneira, convém ter em mente que o êxodo rural não se faz, senão em casos esporádicos, do meio rural para o meio urbano, diretamente. É um processo lento no caminhar dessas populações até a definitiva escolha para os centros urbanos maiores. (*)

A pobreza da estrutura profissional rural cria, em geral, certa polivalência. É comum, no interior, ao camponês, saber simultaneamente diversas coisas: montar a cavalo, conduzir um carro de bois ou de cavalo, trabalhar de enxada, trabalhar

(*) Vide Souza Barros. — *Êxodo e Fixação*.

com outros instrumentos agrícolas, fazer cêrcas, caçar, trepar em árvores, pescar, se há rios, e executar outros misteres primários das atividades agrícolas.

A pobreza da estrutura profissional rural, porém, conduz à limitação na mobilidade vertical no campo. Certos casos isolados de liderança e de carisma ou de contratos vantajosos de casamento são talvez os casos mais comuns de ascensão mais rápida na vida rural, não havendo, de um ponto de vista democrático, a falada oportunidade para todos.

3. A família tem sido, necessariamente, a base biológica para a perpetuação da espécie. Através do desenvolvimento dos grupos humanos, aparece como núcleo básico para sua formação, compreendendo ora o ajuntamento de um homem com várias mulheres, ora de uma mulher com vários homens, ora ainda no que se firmou em relação às sociedades com base normativa resultante, sobretudo, dos princípios morais do cristianismo, no casal monogâmico.

Os estudos antropológicos mostram, todavia, que o grupo biológico no qual as relações entre pais e filhos constituem a linha principal de autoridade, não representava a constituição seguida nas sociedades primitivas. A autoridade era, antes, exercida pela chefia do clã ou da tribo. Também o termo *família* nem sempre teve o significado atual; de sentimentalismo e conteúdo doméstico. Entre os romanos, antes de expressar relação orgânica de procriador, a palavra *pater* significava, originariamente, amo, governante. *Famel* era sinônimo de escravo. — Vide Sidney H. Coontz in "Teorias de La Población y su interpretación econômica".

Em outros grupos humanos, a autoridade era exercida na linha materna, sem participação do pai e sem emprestar-lhe nenhum "status" na vida social pela inicial coabitação com a mãe.

Entre os nossos indígenas verifica-se ora a autoridade do clã ora a da linha materna, embora diretamente subordinada à organização tribal.

A formação da sociedade rural brasileira, em que pesem as reminiscências da escravatura e a desordem inicial resultante, sobretudo, da falta de mulheres européias e de uma aculturação que se verificou, principalmente, ao acaso das necessidades de penetração no interior e de incertos aspectos econômicos, criando o interesse do conquistador pelas mulheres indígenas, e, depois, pelas africanas — foi se acomodando, com o tempo, aos critérios monogâmicos e

normativos da Igreja. Ao aspecto normal do casal biológico. As imigrações posteriores para o sul do País continuaram essa linha.

Hoje, é na comunidade rural onde os aspectos da organização da família mais se aproximam desses critérios normativos, podendo ser ainda citados como uma das reservas da chamada família cristã.

A família na vida rural, por isso mesmo, mais apegada a preconceitos, e isso decorre do isolamento em que vive, da falta de interação, do domínio da autoridade paternal em linha direta, dos próprios ditames da estrutura econômica e as atividades exercidas na vida rural.

Uma menor divisão do trabalho, uma menor oferta de oportunidade contribuem para que se exerça mais diretamente a autoridade indiscutível do "pater familiæ".

Ao contrário da vida urbana, onde a divisão do trabalho e uma maior oportunidade para as ocupações femininas levaram os filhos desde cedo, principalmente as mulheres, para as fábricas, escritórios, tirando à família aquela unidade que ainda se descobre na vida rural.

As características da família rural são, assim, de maior unidade no plano familiar, de maior número de filhos, de menor divisão de trabalho e de maior continuidade em relação às profissões exercidas pelos pais.

4. Se o "status" social é um conjunto de direitos e deveres, dando a posição do "socius" em relação a outras pessoas, há que diferenciar entre "status" propriamente e "rôle". "Numa sociedade determinada, o "status" social do indivíduo é a soma dos "status" parciais que desfruta em cada grupo de que participa (família, Igreja, partido político, clube, etc.)".

Os "status" são de duas categorias:

"Status" atribuído e

"Status" adquirido.

O 1.º é o que resulta da própria situação do "socius", sem consultar as aptidões pessoais dos seus membros. (Status do pai, da mãe, da esposa, do filho, do camponês, do clérigo, da criança, do adulto, da mulher, etc.).

O "status" adquirido decorre mais de aptidões pessoais e do empenho dispendido pelo "socius" na competição dentro do grupo. Resulta, em geral, das condições reveladas nas atividades econômicas e profissionais, de certos aspectos de liderança.

Os "rôles", dentro de uma área rural, para um mesmo "status", sofrem alterações ou desfrutam, às vezes, de um maior ou menor número de limitações. O "status" do pai, por exemplo, no campo, com os aspectos hereditários do patriarcalismo, tem muito maior força e se exerce de forma muito mais absoluta. A palavra do pai é indiscutível, e os filhos não podem se rebelar contra ordens ou *mores* decorrentes da obediência filial à autoridade paterna.

No quadro urbano, o pai que tem filhos e filhas em emprêgo público, ou em fábricas, contribuindo para a manutenção da casa ou simplesmente se mantendo a si próprios, vai perdendo a autoridade, e o seu papel vai sofrendo limitações, chegando ao ponto de não poder mais influir na própria educação da prole. A indicação desses aspectos não significa avaliação de vantagem ou desvantagem num ou noutro caso, o que não se compadece com a sociologia, sendo mais uma atribuição da filosofia social.

Essas alterações de "rôles" dentro dos "status" podem ser examinadas em relação a outros quaisquer "status" num e noutro campo.

5. "As correlações já estabelecidas e repetidas, cansativamente, de que os países subdesenvolvidos sustentam uma população em tôrno dos dois terços da global no setor primário, e a verificação de que essas populações correspondem sempre a estoques consideráveis de pessoas jovens, se identificam, assim, perfeitamente, com o caso brasileiro e situam uma grande parte dos nossos problemas sociais no meio rural, com reflexos e repercussões, naturalmente, sôbre o resto do país urbano e industrial.

A uma população jovem concentrada nos grupos etários de menos de 20 anos se pode atribuir, sem mais exame, para um caso de programação, um alto custo social com as implicações dos problemas de saúde e de baixo rendimento econômico, como já vimos. Se fôssemos examinar ainda os altos coeficientes de mortalidade nos primeiros anos, teríamos outros elementos para avaliação dos "insumos" negativos que afetam, de forma esmagadora, os países com populações assim configuradas, que transferem, com a ajuda da moderna medicina, a mortalidade infantil para os grupos de idade imediatos.

Fugindo a definições mais especificamente econômicas e procurando examinar o problema dentro do quadro sociológico, destacando, por isso mesmo, as conotações dos aspectos sociais, as identificações se estabelecem ainda rigorosamente

para o caso brasileiro. Os itens de Sauvy, por exemplo, que destacam melhor êsses últimos aspectos, se aplicados ao Brasil, com exclusão das áreas mais industrializadas do Sul, a êles se ajustariam, quase que rigorosamente, ressaltando aspectos negativos marcantes da situação geral de nossa população". (*)

Os itens de Sauvy, para caracterizar áreas estagnadas ou subdesenvolvidas, dão uma idéia muito segura do problema:

- 1 — Forte mortalidade (notadamente mortalidade infantil). Vide média fraca (trinta a quarenta anos);
- 2 — Forte fecundidade, vizinha de fecundidade fisiológica, ou, pelo menos, ausência de prevenção de nascimento;
- 3 — Alimentação insuficiente, inferior a 2 500 calorias e sobretudo fraca em proteínas;
- 4 — Forte proporção de iletrados;
- 5 — Forte proporção de cultivadores ou pescadores;
- 6 — Subemprego por insuficiência de meios de trabalho;
- 7 — Submissão da mulher. Nenhum trabalho fora do lar;
- 8 — Trabalho infantil a partir de 10 anos ou mesmo mais cedo;
- 9 — Ausência ou fraqueza das classes médias;
- 10 — Regime autoritário sob diversas formas; ausência (com ou não cumprimento) de instituições democráticas. — Sauvy, Alfred — *Theorie Générale de la Population*.

(*) Vide *Matóio de Pau-de-Arara* — Souza Barros — Rio 1964.

COMUNIDADES RURAIS E DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL

1 — Diferença entre comunidade e sociedade, do ponto de vista sociológico. 2 — Aspectos típicos das comunidades rurais brasileiras. 3 — O papel da distribuição da terra e de sua participação na formação da estrutura da comunidade.

1. Geralmente se supõe que *comunidade* e *sociedade* têm significação idêntica. Todavia, dentro de uma concepção mais de Ecologia Humana, o sentido de *comunidade* exprime antes a vida do grupo dentro daqueles aspectos de competição, de interdependência biótica e econômica. A sociedade deve apresentar maior consenso, objetivos mais gerais, aquêles *mores* e hábitos chamados de *sociais* e, de certa maneira, uma coação, fazendo valer os princípios e normas admitidas. É, como disse alguém, “produto da comunicação e do conflito”. O alto sentido de comunidade é emprestar ao homem melhores condições na luta pela existência, na própria competição, subordinando interesses individuais aos interesses do grupo em ações conjugadas e em integração com objetivos comuns.

Para a existência da comunidade é necessária a limitação do suporte físico, ou seja, determinada área. Os aspectos de interação da comunidade se baseiam na existência, em comum, do grupo ou de grupos na integração com uma cultura etnológica ou possessão de meios de trabalho, costumes e crenças e na divisão social do trabalho. Contudo, não há entre a comunidade e a sociedade uma separação

intrínseca. O que ocorre é que a sociedade tem uma superestrutura mais genérica e de maior consenso, pois enquanto toda comunidade se integra na sociedade, o inverso não poderia acontecer.

2. Não se pode ter uma concepção de comunidade rural sem se ter uma idéia do que seja uma comunidade num sentido histórico e da maneira como a sua significação evoluiu de uma concepção simples para uma concepção mais complexa.

Originariamente, a concepção de comunidade resultava mais das idéias de estrutura: uma área geográfica ou um sistema de relações econômicas. A concepção atual de comunidade faz derivar o seu sentido mais de uma troca ou permanência de hábitos comuns ou de uma interação social.

De qualquer maneira, a palavra comunidade é usada em diversos sentidos, e muitos a definem sempre como uma idéia de limitação de grupos sociais, dentro de uma área geográfica. Mas não devemos esquecer que as distâncias físicas e as barreiras geográficas, como já o dizia Robert E. Park — “têm somente significação para a sociologia quando definem as condições em que a comunidade e a vida social são realmente expressas”. Os limites, então, de uma comunidade estão menos na contingência geográfica de uma área do que nos aspectos de interação e de comunicação dos seus membros ou *socii*.

Não se poderá falar, assim, em comunidade rural sem examinar o sistema de vida dos grupos humanos no ambiente rural. E certas características da organização da sociedade rural emprestam a esses grupos condições físico-sociais que a tornam distinta dos grupos urbanos, da organização da sociedade nas grandes cidades.

Nas comunidades rurais, especialmente as comunidades rurais brasileiras, das áreas mais atrasadas, encontramos a dispersão, o isolamento, o analfabetismo, a tradição, o sincretismo religioso e o conservantismo como aspectos tradicionais característicos dessas comunidades.

O grupo familiar mantém toda a sua força de unidade e de ação, e as categorias criadas pelo parentesco e pelos laços religiosos emprestam grande força ao comportamento social.

O tamanho da família e a sua agregação, com base sempre no patriarcado, é outra característica das comunidades rurais. Esta tendência ao patriarcalismo resulta quase

sempre do tipo de *tenença* da propriedade, do sistema, portanto, da distribuição da terra. A grande propriedade gerando ainda muito mais o patriarcado que a pequena.

Devemos fugir à classificação de comunidades, tendo por base as delimitações administrativas de municípios, vilas, cidades ou distritos. Ela seria ainda mais imperfeita do que a que fôsse determinada por áreas de representação de caráter econômico, ou baseando-se em seleções de ordem econômica.

De certa forma, as comunidades rurais brasileiras poderão ser discriminadas através de um complexo de relações norteadas pelas atividades próprias da terra e as do mercado (sócio-econômicas) e também religiosas.

Esse triângulo pode muito bem delimitar os raios de integração comunitária, complementada ainda pelas outras atividades institucionais levadas ao campo através dos aspectos de administração e serviços como os assistenciais e educativos. Presentes ou em comunicação com o meio rural. Tem muita importância na constituição dos grupos humanos a divisão do trabalho, e é essa divisão que dá origem a uma maior interação, a uma maior atividade social. A escassa divisão de trabalho no campo, o reduzido número de profissões é, assim, uma limitação ao desenvolvimento de hábitos sociais mais atuantes. Pode-se dizer, com Mannheim, que quanto mais divisão de trabalho e organização, mais as esferas da atividade humana se tornam funcionalmente racionais.

No sistema de apropriação da terra há outras limitações que conduzem à formação de sociedades mais fechadas, de hábitos mais restritos e de uma concentração de poderes e de decisão na pessoa do único proprietário, o latifundiário. No latifúndio da parceria há uma verdadeira anulação dos contatos sociais. As relações se fazem diretamente entre cada chefe de família, e o chefe ou dono da propriedade e a dispersão, a ausência de aldeamento ou de habitação próxima completam o resto. Poder-se-ia distinguir, assim, os tipos de comunidade em função da divisão da terra.

O latifúndio da "plantation" às vezes tem o mesmo inconveniente do da parceria — uma grande concentração do poder nas mãos do dono da empresa. Mas aparecem benefícios de outra ordem, como sejam o salariato, a independência relativa do homem em função da paga em dinheiro, uma maior divisão profissional, maiores facilidades de contatos entre todos e penetração também das leis

trabalhistas e de outras garantias para o trabalhador. A própria infra-estrutura mais adiantada, mais técnica, da *plantation*, ajudaria a intervenção. (Estradas, ferrovias, telefones, veículos a motor, etc.).

A empresa agrícola com pleno avanço tecnológico seria, no entanto, o tipo de organização mais adiantada que a *plantation*, ou também as explorações agrícolas de perfeita organização cooperativa e de estágio tecnológico avançado.

O centro da organização social no campo continua a ser o da família, com vantagens e desvantagens. Certas qualidades da família patriarcal mas, o mesmo tempo, todos os defeitos do isolamento.

Os quadros ecológicos e morfológicos têm grande importância na formação das comunidades e eles trazem maior ou menor possibilidade de riqueza social. É preciso distinguir estes casos e verificar que o tipo de apropriação tem um papel importante no comportamento social e na formação das comunidades. (Exemplificar a organização comunitária nos seguintes quadros: zona de colonização com pequenos lotes próprios; zonas da pequena e média propriedade e zona do latifúndio).

3. A fuga ao regime de exploração do meio rural é permanente. Ela está criando outros problemas, sobretudo o marginalismo nos grandes centros, com a sua esteira de miséria social, refletida pela favela e pelo mocambo e pela *agudeza* dos aspectos negativos que alguns querem acudir de maneira apenas policial.

“Um dos pressupostos em que se fundamenta a ideologia desenvolvimentista é que o crescimento econômico é sinônimo de industrialização e urbanização. Num mundo dividido em nações, cheio de barreiras econômicas e políticas, um país ou região precisa alcançar certo grau de industrialização se não quiser sofrer violentas flutuações em sua economia. O desenvolvimento da agricultura depende, em larga medida, da aplicação de fertilizantes químicos, da adoção de veículos de tração a motor, tais como caminhões, tratores e automóveis, de implementos agrícolas como grades e combinados, da existência de moderno sistema de transporte ligando as zonas rurais e urbanas em todas as partes do país, tais como grandes rodovias pavimentadas, estradas vicinais ao longo das propriedades agrícolas, ferrovias e cursos navegáveis, da existência de um sistema de comunicações bem desenvolvido e de uma adequada rede de armazenamento e ensilagem, ambos altamente dependentes da eletricidade ou outra forma

de energia. A agricultura moderna depende, pois, de uma indústria de base desenvolvida.

De outro lado, é muito difícil, se não mesmo impossível, no estado atual da tecnologia, progredir no processo de industrialização sem atender adequadamente ao desenvolvimento da agricultura. Essa proposição não significa, porém, que as produções agrícola e industrial devam crescer à mesma taxa. Se o objetivo a ser colimado é a mudança na estrutura econômica do país, então o ritmo de crescimento do setor industrial deve ser acelerado. Não nos devemos esquecer, porém, que a agricultura realiza as suas funções como fonte de alimentos e de matérias-primas, bem como fonte de força de trabalho. Em nosso país, a agricultura exerce um papel importante de auxílio à industrialização, através da exportação dos seus produtos. A renda proporcionada pelo café contribuiu — e ainda contribui — para a formação de poupanças que foram investidas na industrialização do Brasil.

Há uma estreita interdependência entre os campos industrial e agrícola, e ambos precisam desempenhar as suas funções de maneira coordenada. Urge reformar a estrutura agrária brasileira, objetivando estabelecer para a agricultura uma dinâmica de desenvolvimento adequada à expansão industrial. Numa palavra, é preciso industrializar a lavoura". — ALMEIDA, Vicente Unzer de — *Agricultura e Desenvolvimento Econômico*.

Tudo indica que é preciso a implantação de uma política agrária que possa remover os pontos de estrangulamento que impedem a elevação dos níveis de bem-estar rural para a maioria da massa agrícola, sobretudo com possibilidades de se dar a posse da terra.

Sem criar condições, ou seja, um suporte econômico para o desenvolvimento das comunidades, nenhum trabalho educativo poderá ter resultado. Dentro, apenas, de planos de desenvolvimento de comunidade utilizando processo simplesmente educativo, sem a criação de novos empregos e a formação de recursos, teremos de caminhar lentamente, por dezenas de anos, conservando a pobreza agrícola no meio rural de tanto peso demográfico e transferindo-a forçosamente para as áreas urbanas, onde nem sempre ela vai encontrando absorção para uma mão-de-obra excedente e pouco válida. Vai, apenas, transferindo miséria. É a falta de estrutura mais fluida no campo que condiciona o êxodo, criando nas áreas urbanas um mercado de trabalho cada vez mais elástico e proporcionando uma massa de desajustados que já

transformou o Recife, Fortaleza e outros centros do Nordeste em cidades "inchadas", da penetrante observação de G. Freyre, sem falar nos casos típicos das favelas cariocas.

Essas características da distribuição da propriedade são responsáveis pelo baixo nível de renda e pela separação de brasileiros, *lato sensu*, em dois tipos: os que possuem renda e participam da vida nacional e os que não possuem porque as suas atividades lhes dão apenas para a reprodução da vida vegetativa. Continuam mal alimentados, doentes, analfabetos, sem participar dessa coisa que nós chamamos nas Capitais de "vida democrática".

Fala-se muito da desintegração racial na América do Norte. Mas os negros lá aprendem a ler nas escolas das próprias comunidades de côr. Têm as suas universidades e, embora suportem desvantagens, marcados pela côr da pele, desfrutam de um bem-estar que os brancos do nosso meio rural não possuem e nem sequer supõem existir. O desconforto do meio rural brasileiro, em certas áreas, ainda se equipara aos da Angola portuguesa.

Os reflexos dessa apropriação da terra, e da péssima condição de milhões de brasileiros, vão influir, assim, na formação de suas comunidades. Além disso, pelas condições de isolamento a que já nos referimos, a dispersão, entre nós, no meio rural, está ligada à própria formação do latifúndio e, assim, em grande maioria do território brasileiro, apenas se pratica uma comunidade de vizinhança.

Da comunidade, na sua forma mais rica de geradora de interações, de comunicação entre o grupo social, criando, através da educação e das próprias atividades sócio-econômicas, um exercício vital, temos, apenas indícios, na grande maioria do meio rural. O aproveitamento do valor humano, apenas está despontando em certas áreas mais desenvolvidas do interior brasileiro.

**TIPOS DE POVOAÇÃO.
DISPERSÃO POPULACIONAL.
ALDEAMENTOS E FORMAS DE GRUPOS RURAIS**

1 — A extensão do território na formação do povoamento. 2 — Disposições do povoamento. 3 — As culturas extensivas e a pecuária na formação do povoamento. 4 — Comunidades luso-brasileiras e comunidades originárias de elementos não-lusos.

1. “Que a terra era extremamente farta, e se permitia usá-la mal para interesses imediatos, e que a falta de recursos em braços se sobrepunha aos demais, repetiu-se muitas vezes como uma explicação aos azares do tipo de povoamento introduzido, no Brasil, pelos lusos. Podia-se invocar aquela definição do homem como fator geográfico, adotada por Preston James. Dizia o grande geógrafo: “o homem, em sua ação modificadora do meio ambiente, atua às vezes com inteligência mas, na maioria dos casos, de maneira cega, sem nenhuma premeditação, satisfazendo apenas aos seus interesses imediatos”. (*)

Esse aspecto de fartura de terras em extensão e êsse alto índice de concentração da propriedade iriam gerar outros males como o da dispersão da população rural.

2. A marca da primeira ocupação teria que pontilhar os futuros caminhos do povoamento. Não seria a ambição de olhar para os dois clássicos de ocupação: o da povoação fora

(*) *Matolão de Pau-de-Arara* — Rio — Souza Barros.

das culturas, formando a aldeia separada e o do povoamento entre as culturas. Mas quer num quer noutro caso, exigir-se-ia uma outra densidade populacional. Cairíamos, assim, nas fazendas isoladas, nos grandes e desmensurados latifúndios onde o homem se perderia na imensidade do isolamento.

O aparecimento do minifúndio requer todo um estudo à parte. Não se poderia pensar apenas no determinismo do direito sucessório, pois êsse mesmo direito regula a sucessão na grande propriedade. A ajudar o direito sucessório, aí está a própria desorganização agrícola, a insegurança e a falta de assistência ao pequeno produtor, impedindo a passagem da propriedade a um complexo empresarial menos rígido e que se vincule ao processo mais ativo da riqueza agrícola. Sem crédito, sem proteção às suas pequenas safras, vítima da intermediação do latifúndio, que se realiza estruturalmente com o domínio do processo de comercialização, claro que a pequena propriedade continuará a se pulverizar ao extremo, de modo a já se pensar em têrmos de renucleamento.

Não há, também, como se falar na morfologia sociológica dos processos de aldeamento, quando o processo econômico não criou aqui a sua tradição. Nem das aldeias circulares, nem das aldeias em linha, nem do processo intensivo de colonização com fins predeterminados. Somos vítimas, sem o apoio da fixação da terra, de um nomadismo que não pode gerar condições de vida dignas nem um processo apreciável de uso da terra. Só uma reforma agrária poderá institucionalizar o melhor uso da terra em certas áreas e o aparecimento da comunidade agrícola em outros níveis.

3. A apropriação da terra, no Brasil, que teve início com as donatárias, tem, por isso, um ranço feudal. Talvez não se possa falar propriamente em regime feudal brasileiro. Mas as capitâneas hereditárias trouxeram para o Brasil aspectos e marcas desse sistema. A preocupação de distribuir tôda a terra, ou seja, o princípio da *nulle terre sans seigneur*, do direito feudal francês, aí estava presente. Com o insucesso das capitâneas hereditárias, as sesmarias continuaram essa tradição. Longe o despropósito do servo da gleba, sabemos, mas, através da sesmaria, certos usos do feudalismo continuaram: a corvêia que ainda hoje se confirma com certos usos da parceria e, mesmo, com a "condição", em regimes mistos de salariado, na própria *plantation* do açúcar e do café. O cambão e a "condição", representam, dessa forma, influências sociais com ranços feudais. (Vide: *Matolão de Pau-de-Arara*, Souza Barros — Rio.)

Ocupando uma terra de tamanha extensão, sem recursos humanos, reagindo, por tôdas as maneiras, contra possíveis incursões de estrangeiros, Portugal tinha o interêsse de ocupar tôda a terra brasileira e, daí, essa milagrosa presença de "fortes" e "defesas" nas mais afastadas regiões do Brasil, não só nas da margem oceânica, como penetrando rios imensos e indo estabelecer núcleos nas lonjuras da Amazônia, como nos conhecidos casos de Óbitos e Santarém.

O despropósito da extensão da terra exigia, para ocupá-la, dispersar o homem. No sertão pecuário "os currais seriam os pontos germinativos do criatório: uma choupana, as peças de gado necessárias — um touro, novilhas e, às vêzes, vacas parideiras — procurando marcar, de forma ainda incerta, no despotismo das extensões interioranas, os pontos de ocupação do largo território".

"Por extensão, a palavra *currais* passaria, depois, a designar o próprio criatório: currais de vinte mil cabeças, sem significar, no entanto, que todo o gado estivesse confinado por cêrcas". (Souza Barros — *Cêrcas Sertanejas* — Rio, 1958).

4. Aldeias em cordel, da definição de Max Weber, se sucediam, às vêzes, por estradas poeirentas, renunciando vilas ou centros regionais mais importantes, mas que nunca representaram uma fôrça de organização agrícola e, antes, se permeavam de atividades várias, especialmente do comércio, e onde a agricultura teria uma função apenas no acesso das safras. Em pontos abertos às feiras locais, onde cedo se estabeleciam capelas para as missas e um pequeno comércio diário ou, ainda, lugar de pouso nas estradas de gado, apareceram, de forma quase sistemática, os agrupamentos brasileiros do povoamento de origem lusa. Mas a população campesina, essa ficava junto às suas roças. Os seus pontos de contato social seriam os eitos e locais de trabalho ou, ainda, a presença nas feiras e nas festividades religiosas e nos enterros.

Mesmo assim, perdidos em áreas imensas ou morando a distâncias enormes uns dos outros, determinados contatos de vizinhança se estabeleceram, dando lugar a interações sociais, naturalmente pobres por lhes faltarem formas de organização de grupo mas, de certo modo, com conteúdo bastante para assegurar determinadas constantes, no sentido de hábitos sociais rudimentares.

Nascem dêsses contatos, nas áreas mais atrasadas, embora fugidios, os fracos laços de vida social que vão se exprimir através de compadrios para os filhos, da assistência entre as famílias, nas festas, nas doenças, nos enterros, etc.

5. A falta de organização social, que só uma vivência mais íntima proporciona e que a formação da aldeia foi o modelo em outros países e continentes, quase que não existiu para nós. Ela veio aparecer com a colonização de outro tipo de imigrantes, alemães, polacos, italianos, sobretudo no sul do País. Daí a importância e, talvez mesmo, o sucesso dessas colônias, formadas não só com uma melhor distribuição da terra, mas assistidas, por outro lado, por êsse modelo de vida social mais rica de atrativos e de interação em comum, daquelas características de vida que devem significar vida comunitária.

NORMOGRAMA DE CORRELAÇÃO ENTRE MEIO NATURAL E ATIVIDADE HUMANA

VIDA HUMANA

Transporte
Viagens
Recreação
Agricultura
Caça
Educação
Manufatura
Madeiras de construção
Minas
Fronteiras políticas
Cidades principais

MEIO NATURAL

Posição
Chuvas
Vegetação
Rios
Oceanos
Solo
Minerais
Temperatura
Distância
Litoral
Relêvo

NOTA: Modelo tomado a um plano adotado pelo Sociólogo Carneiro Leão. (O cruzamento de retas entre a margem de meio natural e a de atividade humana ajuda a correlacionar os hábitos dos grupos no meio natural e a clarificar suas linhas de ação em cada caso).

ÁREAS NATURAIS E ÁREAS ADMINISTRATIVAS. CONCEITO LEGAL DE QUADROS URBANO E RURAL

1 — Conceituação de área natural. 2 — Aspectos da população nos quadros urbano e rural. 3 — Quadros rurais e urbanos no processo censitário brasileiro.

1. A formação imprecisa, sob a influência de fatores geográficos e sociais, estabeleceu áreas naturais fora de planos e de programação administrativa. Embora o termo *área natural* se aplique mais aos aspectos urbanos, não há como distinguir na ambivalente formação da administração interiorana uma diferenciação sistemática entre comunidades tipicamente urbanas e rurais. A fazenda, a propriedade agrícola não se aglutinou em termos específicos de aldeamento, antes se ajustou aos fatores geográficos, econômicos e sociais de emergência. A formação de vilas e municípios e a distribuição do poder de polícia com as suas insuficiências decorrentes das distâncias e da pressão dos grupos locais comandava a vida rural em termos de integração administrativa.

2. A população brasileira recenseada em 1960 foi de 71 milhões, em números redondos. Pode-se considerar duas faixas de densidade: uma costeira, partindo da altura do Ceará e que se interrompe em grande extensão da Bahia para recomençar no Espírito Santo e ir até o Rio Grande do Sul, com densidade entre 25 e mais de 200 habitantes; uma outra

faixa, mais para o interior, que vem do Maranhão, descendo sobre Brasília e alcançando toda a extensão oeste de Minas Gerais, com densidade entre 5 e 20 habitantes. O resto do País se divide em uma grande área que compreende toda a Amazônia, e os Estados de Mato Grosso e Goiás, com duas configurações distintas: uma parte anecumênica, a oeste, com menos de 1 habitante por km² e largos vazios humanos e a outra intermediária, com densidade entre 1 e 5 habitantes.

As possibilidades naturais do território brasileiro comportariam seguramente uma população 4 a 5 vezes maior que a atual (300 a 400 milhões de habitantes). Daí não haver para este País um perigo mesmo remoto de superpopulação.

A política demográfica do Brasil não deveria ser, no entanto, estimular o crescimento do seu efetivo humano. Antes, a de resguardá-la, pela defesa das populações autóctones, através de uma política que faça diminuir os altos índices de mortalidade, ou de imigração controlada de elementos alienígenas, sobretudo através da mão-de-obra especializada.

Cerca de 60% da população brasileira vivem na zona rural e 40% em zonas urbanas. (Exatamente 54,92 e 45,08, pelo Censo de 1960.) Esta alta proporção de população rural traduz, até certo ponto, o subdesenvolvimento econômico do país, cuja economia se baseou até hoje, predominantemente, em atividades do setor primário, agricultura, indústria extrativa e pastoril, com as ressalvas conhecidas de São Paulo e Guanabara.

Nos últimos anos tem havido um forte deslocamento dos contingentes rurais para as cidades, sobretudo para as capitais dos Estados do sul e Rio de Janeiro, traduzindo este êxodo relativo desenvolvimento industrial cuja produção, em seu volume bruto, aumentou, consideravelmente, nos últimos 15 anos.

Esta industrialização intensiva está influenciando, de maneira decisiva, na estrutura da população em novos moldes, e, dessa forma, na evolução demográfica do País.

Somente uma ínfima fração do território nacional (3%) é cultivada, o que evidencia a existência de enormes tratos da terra que podem ser incorporados à área cultivável do país. Os fatores que mais têm entravado este aproveitamento das terras são: as dificuldades de transporte, o regime arcaico da propriedade e a baixa produtividade pelos processos empíricos de plantio. Também as relações de produção no setor agrícola. Grandes latifúndios da falsa parceria (processo de divisão de colheita pela meação ou pelo terço) utilizam

apenas uma pequena porção das suas terras, por processos rotineiros, acentuando êsse índice baixíssimo de rendimento na área rural.

É sob êste aspecto que se poderia considerar, até certo ponto, existir no Brasil um certo gigantismo urbano, isto é, grandes centros urbanos, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, cada um com mais de 3 milhões de habitantes, cujo abastecimento é, ainda, relativamente precário.

O desenvolvimento industrial do País está a exigir, todavia, êsse incremento constante de mão-de-obra, qualificada, com transferência da população rural e, também, de assistência e adestramento dessas correntes de êxodo, com uma política mais eficiente de amparo às nossas migrações internas. Os próprios vazios territoriais poderão absorver grande parte dessa migração, se ali forem criadas condições para o desenvolvimento de riquezas. O Brasil precisa de agricultores ainda em larga escala. A política demográfica do Brasil terá que se fixar na defesa dos seus estoques atuais, por uma ação permanente de combate à desnutrição e à miséria e pela criação de outros pontos germinativos de trabalho, nos quais a presença de migrantes nacionais, previamente preparados, terá ainda grande papel no esforço já iniciado para atingir as projeções de nosso desenvolvimento.

A interiorização da Capital da República poderia proporcionar, igualmente, maior número de correntes migratórias, permitindo uma penetração de população em áreas que até agora se representavam em nossos mapas com índice abaixo de 2 pessoas por km². A grande explosão demográfica do Nordeste é, com certeza, material seguro para êsse povoamento, mas se dermos a essa ocupação não um destino de aventura, porém de política ordenada de colonização.

3. Os recenseamentos brasileiros que se realizam, agora, de dez em dez anos, levantam a população por sexo, grupos etários, ocupação, estado civil, composição urbana, sub-urbana e rural, composição racial, nacionalidade e línguas faladas, composição educacional e composição econômica. Só a partir de 1940, os censos começaram a distinguir a composição urbana e rural.

O Censo encara os aspectos estáticos de população. Dêsse ponto de vista, a demografia se divide em 2 aspectos principais: o estático, compreendendo: efetivos demográficos, densidade demográfica e grupos demográficos; e o dinâmico, compreendendo: nascimento, casamento e óbitos, migrações, mortalidade, sobrevivência, vida média e vida provável. Para

se ter uma idéia da discriminação rural e urbana da população do Brasil, é preciso conhecer as determinações legais que se estabeleceram.

Os recenseamentos do Brasil até 1920 (data do trasante-penúltimo recenseamento geral) não discriminaram as populações urbanas e suburbanas. Como medida preliminar ao recenseamento de 1940, baixou o Governo Federal o Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, dando disposição sobre a divisão territorial e a discriminação dos quadros urbanos e suburbanos. Diz o artigo 11 deste Decreto: "Nenhum nôvo distrito será instalado sem que prèviamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá, pelo menos, trinta moradias". E no parágrafo único: "O ato de delimitação será sempre acompanhado da respectiva planta". O artigo 12 exigia que, para a instalação de município, tivesse o quadro urbano da sede pelo menos 200 moradias. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a cujo cargo ficaram não só a execução do recenseamento como o estabelecimento das medidas preliminares, quer as de âmbito geográfico e territorial quer as executivas, regulamentou a delimitação dos quadros urbano e suburbano de tôdas as cidades e vilas do País. Por esta regulamentação do IBGE, constitui quadro urbano uma área continua onde estão contidas as melhores edificações urbanas, os edifícios civis e o centro comercial. Esta área deve ser delimitada por pontos ou marcos ou por acidentes de ordem geográfica como: canais, riachos, obras de arte, eixos de rua, etc. e até mesmo por linhas imaginárias, partindo de pontos rigorosamente indicados. A área suburbana constitui uma faixa em tôrno da primeira, de modo a garantir a expansão urbana e compreendendo as ruas e as edificações de menor importância, zona fabril mais afastada do centro, etc. A delimitação de faixa suburbana também deve ser feita com os mesmos cuidados e obedecendo às mesmas diretivas do quadro urbano.

Depois do perímetro dêsse polígono, começa o quadro rural até os limites distritais (em relação a cada distrito). Êstes critérios vêm sofrendo modificações e alguns trabalhos de análise, saídos do próprio IBGE, já estão considerando população *não rural* os aglomerados de mais de 2000 pessoas.

COLONIZAÇÃO E ACULTURAMENTO. MIGRAÇÕES REGIONAIS.

- 1 — Aspectos gerais de colonização e acultu-
ramento. 2 — Tipos de migrações regionais.
3 — Êxodo rural e migrações a grande
distância.

1. Os aspectos mais típicos de colonização no sul do Brasil estão tradicionalmente ligados à entrada de migrantes estrangeiros, ou seja, de migrantes não lusos, já em época posterior à libertação dos escravos e, sobretudo, como correntes de povoamento para as fazendas de café em São Paulo.

É que a agricultura, no Sul, contou com outros fatores de expansão. Em primeiro lugar, revelaram-se as suas terras com condições especiais para a cultura que iria marcar um grande ciclo da agricultura brasileira: o café. Em segundo lugar, porque correntes imigratórias estrangeiras puderam transferir-se não só para São Paulo, como para outros Estados do sul, em fortes levadas de colonos.

“Durante muito tempo, afirmou-se que os colonos estrangeiros preferiam o sul do País, por uma questão de identidade de clima com os países de origem. Certamente que as terras do Brasil meridional lhes eram mais propícias. Não há como esquecer, porém, que o café precisava de braços, e se tornou, desde essa época, a cultura nobre do País. Igualmente, que no extremo sul havia terras que podiam ser dadas gratuitamente aos imigrantes, e a ausência de imigrantes em outras partes do Brasil podendo ser explicada por êsse

fato; as terras boas, como no caso do Nordeste, já estavam ocupadas pelos canaviais e as do sertão por uma pecuária extensiva pouco sedutora.

A presença de colonos estrangeiros iria, ainda, diversificar as culturas no sul do País. Estudos mais apurados precisam ser feitos com o objetivo de examinar a adoção dessas outras plantas nas terras do Brasil, em termos significativos de economia, bem como as relações de acultramento dessas novas comunidades e as reações em face de uma posição resultante da primeira colonização.

A uva, a trigo, a pêra, o pêssego, a noz, a juta, a pimenta-do-reino, o chá da Índia, o centeio, a castanha estrangeira, o caqui, a alfafa, são nomes que começaram a aparecer e a influir no produto agrícola nacional.

Com a poupança que lhe trazia a economia do café e com as restrições de importação surgidas por imposição das duas grandes guerras mundiais e pela proteção aduaneira, criou-se um parque industrial, especialmente em São Paulo e no antigo Distrito Federal. Isto foi dando lugar a uma grande transferência de população rural para a área urbana, atestando os critérios de desenvolvimento. A origem da nossa imigração, nessa segunda fase, distribuiu-se entre alemães, italianos, eslavos e japoneses. Em 1934, encontravam-se descendentes destes três primeiros grupos, nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que somavam quase 2 milhões, isto sem falar na migração para São Paulo, Estado que teve forte preponderância como unidade receptora de imigrantes". (*)

A entrada de imigrantes conduz a dois processos sociais típicos: o de *aculturação* e *assimilação*. O significado de aculturação é utilizado para exprimir uma forma de ajustamento a um nível social ou cultural determinado. Naturalmente que o grupo de maior riqueza social e de maior preparação técnica pode conduzir a modificação e à criação de novos tipos de mudança social, arrastando o grupo de menores possibilidades ao campo cultural daquele.

As migrações em grande massa, formando grupos étnicos distintos, podem conduzir a enquistamentos raciais. Isto ocorreu, de certa forma, no caso da colonização alemã do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, e que quase se constituía em problema político mais sério, com a criação, ao tempo da Segunda Grande Guerra, de uma nova figura de Direito: os *sudetos* da Alemanha nazista.

(*) Vide *Matolão de Pau-de-Arara* — Souza Barros — Rio, 1964.

Muitas vezes, a língua nacional não era conhecida por comunidades inteiras de estrangeiros (alemães e japoneses), os quais tinham professores nos seus próprios idiomas de origem, sendo resistentes ao aculturamento. A redução destes quistos, fãcilmente ajudada pelo estado de guerra com a Alemanha e o Japão, dirimiu os problemas, e a questão da resistência à assimilação é hoje inexistente.

A medida em que cresce, o desenvolvimento do Brasil se está processando justamente nessa faixa onde se localizam as correntes migratórias estrangeiras. (Diga-se de passagem que, embora a presença dêses estrangeiros seja um dos fatores de desenvolvimento, essa presença não é necessariamente o único elemento de progresso nem, tampouco, o preponderante. O caso do sul da Itália, ainda hoje subdesenvolvido, pode ser uma resposta aos que pensam que os italianos fizeram São Paulo.)

Ausentes os problemas criados com a Segunda Grande Guerra, pode-se dizer que o entrelaçamento do elemento estrangeiro é permanente, com a fusão dos grupos étnicos, pelo casamento e a própria naturalização, o que constitui um índice dessa assimilação que agora não encontra resistência por parte dêses grupos raciais.

O estímulo a uma grande entrada de imigrantes estrangeiros não deve ser o escopo de uma política demográfica para o Brasil. A mão-de-obra classificada e a seleção imigratória, dentro das necessidades de uma política de desenvolvimento, consultando uma coordenação de crescimento planejado, eis o que devemos praticar.

Gaston Bouthoul chamou a atenção para o fato de que a superpopulação desencoraja a solidariedade. Os países ocidentais que se beneficiaram com um século de "moderação demográfica" ficam espantados e desencorajados com o excesso populacional do Oriente.

Diante dos vazios populacionais em extensas áreas geográficas do país, teremos de sustentar também uma política de ocupação, mas esta, para garantir uma base de maior tradição, poderá servir-se dos próprios recursos demográficos internos e da explosão populacional do Nordeste que reclama soluções mesmo a curto prazo.

Até agora, os problemas de aculturamento dos grupos não lusos se resolveram todos dentro de um denominador territorial e da própria grandeza dos recursos variados que o país oferece ao imigrante que, de fato, se quer incorporar à nossa comunidade social. Os casos de incompatibilidade

surgidos poderão ser levados mais à conta dos processos de subdesenvolvimento local e das disparidades regionais que dos problemas raciais irreversíveis.

Os aspectos da supremacia ou de melhores condições das novas correntes de imigrantes estrangeiros devem correr, também, por conta da desaparelhagem do país que, em determinadas condições, se exprime apenas pelos índices de defasagem entre nações desenvolvidas e as atrasadas, ou despreparadas, como as da América Latina, considerada como um todo, salvo exceções de certas faixas mais ricas e já adiantadas.

2. Alguns sociólogos classificaram as migrações em dois tipos: as migrações de fome e as migrações de fortuna.

As migrações de fortuna, dentro de uma discriminação mais geral, seriam as seguintes, em relação ao Brasil:

- a) os movimentos expansionistas dos povos europeus;
- b) as *bandeiras* e as *entradas* aos sertões;
- c) os movimentos de descobertas auríferas, iniciados simultaneamente com as *bandeiras* e *entradas*;
- d) as peregrinações;
- e) a migração para a Amazônia;
- f) os êxodos, de caráter mais regional;
- g) as migrações a grande distância, de área rural para rural. (*)

3. No que toca, portanto, ao sentido dos movimentos populacionais, eles estariam indicados em relação a 1940, num afluxo às grandes cidades do litoral, a começar pela Capital Federal que, naquele Censo, abrigava, dos demais Estados e Território do Acre, uma população de 600 726 pessoas, sobre um total de 1 506 658, com uma percentagem acima de 40%.

O número de cariocas ausentes do território da Capital Federal não ia além de 82 386, confirmando, desta forma, a atração das áreas urbanas, pois o Distrito é quase todo êle urbano, e, mais ainda, como capital metropolitana, teria de garantir a sua influência sobre áreas próximas, embora administrativamente distintas.

A saída de cariocas do Distrito Federal se deve ter restringido a aspectos pouco importantes, como o dos estágios das forças armadas pelas demais unidades do País, garantindo os tempos de serviço à carreira militar e também nos demais

(*) Ver *Êxodo e Fixação* — Souza Barros — Rio, 1953.

postos administrativos, inclusive, igualmente, os de representação no exterior, sabido como é que a percentagem de cariocas nos cursos sediados na Capital política (antes de 1960) era altamente representativa. Não fôra isso, e não se explicaria aparecer o antigo Distrito Federal acima de unidades como a Bahia, Maranhão, Paraná, Amazonas, etc. com a percentagem relativamente apreciável de nascidos ausentes.

As correntes internas que demandaram outras regiões, especialmente as de procedência nordestina, no período posterior ao censo de 1940 — tiveram atração menos pelas áreas urbanas. É que, encerrado, por assim dizer, mais um ciclo de imigração estrangeira, passaram os nacionais a suprir as necessidades de São Paulo. Assim, cêrca de $\frac{3}{4}$ de um milhão de pessoas das outras unidades procuraram êsse grande Estado no decênio posterior a 1940.

Dêsse total, eram do Piauí, 6 826; do Maranhão, 249; do Ceará, 31 478; do Rio Grande do Norte, 2 179; da Paraíba, 5 588; de Pernambuco, 44 034; de Alagoas, 43 366; e de Sergipe, 18 873. Neste período saíram só da Bahia, para igual destino, 66 193 pessoas, perfazendo para êsses Estados um total de quase 200 000. A contribuição restante (quinhentos e muitos mil) é das demais unidades, valendo ressaltar a de Minas, com mais do dôbro da baiana, ou seja, exatamente 145 280.

A explicação dos fenômenos migratórios, entre nós, tem salientado sempre a *importância da área de influência e da proximidade territorial*. Um aspecto mais característico de êxodo, ou seja, de corrente inter-regional. Os volumes maiores de migração de Minas e Bahia correm por conta dêsses fatores, sem esquecer, no caso da Bahia — que vem refletir-se apreciavelmente ainda na região nordestina — a via líquida do São Francisco.

O que distingue as migrações nordestinas é que as suas correntes não se limitaram ao movimento rural urbano. Elas cedo se transformaram, também, em migrações extra-regionais. *Como migrações a longa distância*, elas são, assim, as mais importantes do país. Pode-se falar, mesmo, em relação à América Latina, pois que a formação da América Espanhola em nacionalidade distintas não poderia condicionar um vulto migratório interno, como o processado dentro da América Portuguêsa, que conservou, através do Império, a sua unidade nacional.

As correntes nordestinas, atingindo o extremo norte, criando, assim, os pontos germinativos da indústria extrativa

da borracha, ou chegando ao sul, a São Paulo, e se derramando pelo Paraná, Mato Grosso e Goiás, ter-se-iam estendido (se superpuséssemos essas distâncias a um mapa da América Espanhola) a vários países diferentes, na sua atual distribuição.

Qual a posição do Nordeste no movimento migratório do país? Inegavelmente a do pioneirismo nas migrações a grande distância.

Migrações extra-regionais, criando em áreas do anecúmeno, a exemplo da Amazônia, núcleos avançados para a ocupação desses vazios territoriais, como, particularmente, no caso do Acre. E, no Sul, substituindo os imigrantes estrangeiros e proporcionando aos paulistas, com uma percentagem ainda razoável, a mão-de-obra pioneira, necessária à formação de novos núcleos econômicos, no centro-oeste e extremo-meridional.

Um rápido exame dos dados gráficos que ilustram a tendência das correntes migratórias, de acordo com o Censo de 1950, na vasta extensão territorial brasileira, indica que o movimento populacional, com exceção das correntes nordestinas, com características de migrações a grande distância, e que se movimentam atualmente do rural para o rural (diferença de preços de salários entre o Nordeste e Sul e falta de condições para empregar os novos braços surgidos) se está processando dentro de uma forma inteiramente clássica.

O adensamento populacional brasileiro no litoral, criando o agigantamento das capitais regionais em relação à fraca densidade no interior (processo de desenvolvimento industrial sempre dependente dos portos marítimos e de desenvolvimento para fora), vem dando lugar agora a indícios da saturação rápida dessas áreas.

A característica principal da estrutura das trocas no processo migratório se projeta, assim, numa forma de espraiamento, não só sobre as áreas mais densas da faixa litorânea como no sentido do interior, à procura dos vazios do oeste próximo ou dos extremos meridional e norte.

No próprio caso de São Paulo já se sente o fenômeno com refluxo das correntes imigratórias que ali aportam, deslocando-se em demanda das novas áreas econômicas do Paraná, Mato Grosso e Goiás. (*)

(*) Vide, também, sobre o assunto, *O Nordeste*, Coleção Mauá, Rio, 1957.

ORGANIZAÇÃO RURAL BRASILEIRA E REFORMA AGRÁRIA

1 — Aspectos da estrutura agrária. 2 — Homogeneidade institucional e diferenciação estrutural do ponto de vista econômico. 3 — Problemas ligados a uma reestruturação agrária dentro dos aspectos harmonizados — econômicos e sociais. 4 — Diversos processos de renovação agrária.

1. “De certa maneira, é inútil pensar-se na situação social do homem rural sem atentar-se para os índices de apropriação da terra. De fato, os baixos índices de apropriação se identificam com os baixos níveis da maioria da população rural. Poder-se-ia estabelecer uma correlação entre a aguda concentração da propriedade e a pobreza da grande maioria da população rural. Pelo Censo de 1950, pode-se chegar a comprovações esmagadoras como esta de que 3,4% dos estabelecimentos superiores a 500 hectares ocupavam 62,1% da área, enquanto que os restantes, inferiores àquele limite, ou seja, 96,6%, apenas detinham 38,9% do total da área.

Outras relações podem ser estabelecidas: a existência de 408 424 minifúndios de tamanho inferior a 5 hectares e cuja área global representava apenas 0,49% da superfície total de todos os estabelecimentos; a existência de grandes propriedades em número de 1 611, com limite de área superior a 10 000 hectares e correspondendo à quinta parte da área global de todos os estabelecimentos rurais, e, por último, a existência de 60 estabelecimentos com mais de 1 000 000 de

hectares por unidade, extensão esta quase igual ao Estado da Guanabara.

Com a pequena apropriação da terra em relação à área disponível e o alto grau dessa concentração, o número de agricultores sem terra estabelece um dos mais baixos índices de apropriação já conhecidos, responsável pela pobreza da vida rural e seus baixos níveis culturais". (*)

Na Assembléia Geral das Nações Unidas, referente ao ano de 1950, foi aprovada uma resolução de n.º 401, onde se fazia notar que as condições agrárias que subsistem em muitos países e territórios insuficientemente desenvolvidos constituem um obstáculo a seu desenvolvimento econômico porque tais condições são uma causa importante da baixa produtividade agrícola e dos níveis de vida das populações desses países e territórios. E continua a Resolução: "que a ASSEMBLÉIA se achava convencida de que deviam ser tomadas medidas imediatas para estudar o grau em que as condições agrárias existentes se opõem ao desenvolvimento econômico dos países insuficientemente desenvolvidos e, bem assim, para ajudar aos governos, que assim o desejem, a utilizar os meios existentes nas Nações Unidas para o melhoramento de tais condições.

Essa Resolução foi aprovada pelos delegados brasileiros, o que indica um compromisso, por parte do Brasil, de reexaminar a situação do problema agrário que, como tudo indica, se conserva ainda com todo o ranço das instituições "transladadas pelo português no processo de ocupação humana do nosso território", conforme afirmava, há pouco, Manuel Diegues Júnior, em seu livro *População e Propriedade da Terra no Brasil*.

Verifica-se, assim, que o regime de terra, entre nós, foi a instituição menos acessível a modificações no decorrer de toda a nossa história econômica e social.

Os dados sobre área cultivada no País nos colocam, com essa estrutura, em posição altamente desvantajosa. Comparada a outros países, a nossa posição, em 1955, era a seguinte: detínhamos a menor percentagem de área cultivada sobre a área total, com 3,0%, enquanto que a Dinamarca apresentava 64%, a Itália 52, a Inglaterra 29, os Estados Unidos 24, o Uruguai 12 e a Argentina 11%.

Possuindo menos de um terço da população dos Estados Unidos, tínhamos uma mão-de-obra no campo de 11 milhões,

(*) *Matolão de Pau-de-Arara* — Souza Barros — Rio, 1964.

enquanto que aquêles país tinha pouco mais de 6 milhões. A relação homem/hectare cultivado é de 25 para os Estados Unidos e a nossa de 2,5.

A produtividade agrícola e maior cultivo de hectare/homem, nos Estados Unidos, se deve à mecanização da agricultura, sobretudo. O desenvolvimento industrial absorve a população, com um crescimento enorme dos quadros urbanos, e o trabalho agrícola se faz com incorporação, cada vez maior, de bens de capital.

O pessoal dos estabelecimentos agropecuários, no Brasil, ainda em 1950, tinha a seguinte distribuição, num total de 10 996 834 indivíduos.

Parceiros	1 245 557	11,3%
Empregados	3 729 244	33,9%
Familiares não remunerados	3 957 391	36,0%
Responsáveis pelos estabelecimentos	2 064 642	18,8%
		100,0%

2. Os simples aspectos econômicos de *mise-en-valeur* não podem justificar uma situação de estrutura agrária. A exploração de açúcar em termos de escravismo para a parte agrícola e de estrutura comercial para a parte *externa*, dando lugar a correspondências de relações muito mais adiantadas com as estruturas jurídicas comerciais e o resto do mundo, apresentou uma dicotomia estranha mas que funcionou dentro de um período de forte incremento econômico do largo período de predominância do ciclo açucareiro na economia do Brasil. Estes aspectos se prolongam em termos de novas relações.

Tudo indica que é preciso a implantação de uma política agrária que possa remover os pontos de estrangulamento que impedem a elevação dos níveis de bem-estar rural para a maioria da massa agrícola, sobretudo com possibilidade de se dar acesso à posse da terra. Com a criação da Comissão Nacional de Política Agrária, no governo Getúlio Vargas, esperou-se que o problema pudesse ser encarado com objetividade. A Comissão, ao elaborar a base doutrinária de sua atividade — trabalho que tomou a denominação de “Diretrizes para uma Reforma Agrária no Brasil”, aprovado pelo então Presidente da República, reafirmou o espírito do projeto que a criara, ou seja, de que “o objetivo da reforma agrária no País é ensinar aos trabalhadores da terra o acesso à

propriedade”, acentuando, todavia, que “não se deverão fragmentar indistintamente as terras, quando daí resulte uma depressão econômica da região”, e caracterizando as “terras preferentemente desapropriáveis” para fins de reforma, das quais se excluem as que se encontram em regime de cultivo e de valorização do trabalhador rural.

Quase uma década depois, não se pode dizer que a posição seja a mesma, pois se exasperaram certos pontos, não só com a crescente concentração da propriedade como pelo aparecimento de outros aspectos que denotam um agravamento dos problemas. Entre estes podem ser citados: a) crescimento dos produtos de subsistência em taxa às vezes menor que a do crescimento da população; b) carência permanente dos produtos básicos da dieta humana e animal, como as proteínas etc.; c) crescente movimento migratório, sem absorção pela indústria ou por outros pontos de fixação rural, criando problemas para as áreas de origem e para os núcleos urbanos que se sentem premidos pela presença de população marginal em escala ascendente; d) crescente agitação entre as massas rurais, motivadas por esse estado de insegurança e de constantes perturbações da sua já precária vida econômica e social. Ligas camponesas, invasão de terras devolutas ou com proprietários ausentes e o velho problema do uso da terra sem posse legal, dando lugar à ação lesiva dos grileiros para a especulação com essas glebas. (*)

3. É inútil pensar-se num processo de reforma agrária sem um reajustamento dos recursos para operação de tão alto vulto, sobretudo dentro de condições diferenciadas como as do território brasileiro.

São conhecidas as experiências, por outros povos, de orientação de carga fiscal, com ótimos resultados para constituir o lastro de programas de desenvolvimento. No Japão, o principal meio de poupança para desenvolvimento constituiu um gravame rural que chegou a somar 80% de recursos do Governo.

Por outro lado, o problema não é apenas técnico e de como conseguir recursos. O problema é, primordialmente, social. Não se trata só de um sistema de exploração econômica, mas de um complexo cultural, de uma resistência à

(*) Depois do movimento de 10 de abril, o Governo criou um Grupo de Trabalho, dirigido pelo Dr. Paulo de Assis Ribeiro e que teve a contribuição inclusive de técnicos de São Paulo que já possuíam uma vivência do problema através da Reforma do Sr. Carvalho Pinto. O Sr. José Gomes da Silva, atual presidente da SUPRA, foi um deles. Este GT deu ao assunto um tratamento vigoroso, aproveitando material que tinha sido posto de lado, quando da regulamentação da Lei Delegada N.º 11.

rebeldia coetânea dos movimentos de massas para conseguir melhores níveis econômicos. As camadas dominantes, como expressou tão bem Karl Maunheim, sempre se “beneficiaram com o baixo nível espiritual das massas, e, desta forma, trabalham por conseguir mantê-las alheias à ação política”.

4. As condições agrárias existentes no País apresentam, geralmente, um obstáculo ao desenvolvimento econômico. A estrutura agrária conserva, fora do mercado e de uma economia monetária, mais de 20 milhões de pessoas.

Temos uma tradição de posse da terra apenas por apanágio, sem que a mesma apresente ainda condições razoáveis de rentabilidade. Terra é para muitos patrimônio; dá *status*, muito embora não apresente as taxas de renda econômica que deveriam ser cogitadas de preferência. E estas taxas de renda poderiam ser conseguidas em propriedades menores, organizadas economicamente.

Pelo fato de basearmos a exploração da terra ainda na força muscular do homem, isto na grande maioria das nossas propriedades, a nossa rentabilidade homem/hectare ainda é muito baixa.

De certa maneira, é inútil pensar na situação do homem rural sem atentar nos índices de apropriação da terra. De fato, os baixos índices de apropriação se identificam com os níveis de miséria da maioria da população rural.

“Naturalmente que se poderia apontar dois regimes de produção ou dois tipos de agricultura entre nós: uma, mais de tradição e vocação oceânica, destinada às exportações e outra para fins de subsistência. Mesmo aquelas culturas, como a da cana-de-açúcar, que passaram a atender, depois, e em primeira mão, o mercado interno, tiveram a sua aparelhagem de crédito e de expansão da produção, como uma resultante das fases de uma exportação mais ativa. A insuficiência do crédito agrícola, uma rede de intermediários sempre voraz e uma completa ausência de assistência tecnológica foram os irmãos siameses do outro tipo de agricultura para consumo interno ou da chamada lavoura de pobre. Esta falta completa de assistência permitiu que os sistemas agrícolas, por sua vez, se cevassem na força de trabalho dos camponeses. Arrancam-lhes uma produção a baixo nível de rendimento ou se agregam salários ou pagas indiretas de serviço a preços miseráveis, e que só podem vingar riqueza e saldos cumulativos, nada deixando aos que a geram. Não se tem apenas uma apropriação defeituosa da terra; em muitos casos, ou na sua grande maioria, é um

gênero de trabalho suicida, produzindo um vazio em torno daqueles que arrancam da terra a riqueza, não só do ponto de vista comercial, mas as próprias condições de subsistência à vida e ao trabalho. Convém, todavia, insistir na duplicidade ou versatilidade de situação que, depois, passaram a melhorar, também, as condições das próprias lavouras alimentares, como no caso das granjas tritícolas já mecanizadas do sul do País, e que refletem um alto índice de exploração agrícola de nível capitalista.

Se se pretende com a *reforma agrária* uma forma mais aprimorada de tecnologia para gerar um processo multiplicador que aumente os ingressos na área rural, com melhor produtividade e que amplie o mercado para os produtos industriais, será necessário uma forte soma de recursos à disposição desses programas. Além disso, a estrutura da propriedade agrária brasileira, a não ser em determinadas zonas do sul, é de um baixo índice de ingresso, não só pela constituição de processo arcaico de ocupação da terra, como já vimos, e também de sua exploração, mas pela composição e estratificação da carga demográfica.

A criação de impostos progressivos e a necessidade de transferir para o âmbito federal o imposto fundiário são medidas que precisam ser cogitadas, e têm tanta importância como a de invalidar artigos da Constituição, que mandam indenizar as desapropriações ao preço venal e em dinheiro a vista.

Os reflexos do impacto fiscal deveriam conduzir a reforma para planos de integração da mudança de estrutura em programas harmonizados, criando condições jurídicas e técnicas para garantir, ao homem e às comunidades, novos níveis de estabilidade econômica e de progresso social". (*)

Uma reforma agrária pode ser encarada por diversas maneiras. Não há um só caminho, tampouco esses caminhos e métodos são produtos de importação. As possibilidades do Brasil para fazer uma reestruturação agrária são inúmeras, e podemos nos dar ao luxo de seguir não um só método, mas diversos, e, ainda, de combiná-los da melhor forma. Teríamos, assim, à nossa escolha, alguns desses processos:

- a) reforma de âmbito nacional;
- b) reforma prioritária para certas regiões e de âmbito federal;

(*) Conferência nas Jornadas da Aliança para o Progresso no Brasil — Souza Barros, Rio, 1963.

- c) reformas locais mais de âmbito estadual ou mesmo municipal;
- d) áreas demonstrativas de reformas (planos pilotos), para estudos e complementação posterior de planos definitivos ou de coordenação de planos prioritários;
- e) pontos germinativos de trabalho com base em reforma agrária (seria uma equivalência de planos pilotos, porém com sentido mais econômico de desenvolvimento de certas áreas);
- f) planos econômicos, estudados em base empresarial, para atender aos aspectos de incremento setorial;
- g) critérios e prioridades de sentido regional e que podem ser ajustados, por sua vez, a quaisquer tipos de reforma de âmbito nacional ou não, como os enumerados nas alíneas anteriores.

A N E X O

VISÃO ESTRUTURAL DO PROBLEMA AGRÁRIO NO BRASIL (*)

O fato da América Portuguêsa se ter conservado intacta, sem dividir-se em países menores, como no caso da outra parte do continente de colonização espanhola, tem que ser admitido como vantagem e desvantagem, não só política mas, igualmente, no que toca à solução dos nossos diversos problemas estruturais. (1)

Realmente, é pelo estudo e exame de tão variados aspectos dêsses mesmos problemas, na parte do continente hispânico já tão fragmentado, que certas teses brasileiras se robustecem, criando uma conceituação própria, singular no respeitante ao denominador comum da América Latina, como um todo.

Se os nossos indígenas não apresentavam à época da descoberta um estado mais adiantado de estrutura comunitária, como no caso do México e Peru, para citar apenas êsses dois casos de culturas pré-colombianas mais refinadas e melhor estruturadas, não herdamos tampouco os conflitos que êsses choques de culturas criaram, inclusive o de não poderem ser submetidas totalmente, apesar do desumano emprêgo de força no processo da conquista.

Os aspectos dessa continentalidade da América Portuguêsa não trazem, assim, só problemas, como se poderia conceber através de uma apressada visão e que resultasse do simplismo daquele provérbio: "quanto maior a nau, maior a tormenta".

O estudo, por exemplo, das migrações internas e dos seus efeitos dinâmicos, dentro do processo de ocupação do território

(*) Conferência pronunciada na Universidade Rural (Km 47), nos cursos de Reforma Agrária promovidos pela direção dessa Universidade e SUPRA, em fins de 1964.

(1) A vantagem maior, além de outras, é a de possuir a costa atlântica. Sem isso, seríamos hoje tributários do canal de Panamá e essas mesmas terras teriam menor valor a acreditarmos numa realidade mais climática que global. O Brasil é, por tudo isso, nação continental. O seu comprimento de Leste a Oeste tem apenas 100 km de diferença em relação à extensão marítima.

e de aceleração das mudanças de estrutura, se comporta, no caso brasileiro, de forma muito particular.

As migrações do Nordeste, por exemplo, são, dentro do País, apenas migrações a grande distância. Se estudássemos o caminhamento dessas correntes migratórias sobre o mapa latino-hispânico, poderíamos verificar que elas tomam os aspectos de invasões estrangeiras em territórios de outros países. Esse fator de limitação, pela fragmentação do território na antiga colônia espanhola, poderia emprestar aos problemas agrários, nos pequenos países hispânicos, distorções muito mais agudas que no caso brasileiro.

Convém, ainda, insistir neste ponto muito peculiar ao nosso País, entre nós a pressão da população mesmo do Nordeste não adquire aspectos de força explosiva. Há, realmente, uma densidade demográfica já extremamente forte e que, em se tratando de determinada área do Agreste-Caatinga, de Pernambuco, rivaliza com a da área rural francesa. Mas, para o Brasil, o fator terra não é ainda inelástico. Existem os vazios populacionais a povoar. Impõe-se mesmo uma política de ocupação, não só das faixas de fronteira como das grandes áreas do *hinterland*. Em que pesem os baixos índices de renda e o despreparo educacional, o grande incremento da população nordestina ainda representa um alto fator de redistribuição política e econômica, num país de limitado ecúmeno, ou seja, num país no qual a presença do homem se fez apenas na metade de sua extensão territorial.

A problemática brasileira se reveste, assim, de características próprias. No caso dos aspectos populacionais se coloca como o inverso da situação de certos países asiáticos em que o problema tem a seguinte conotação: pressão populacional crescente e oferta de terra inelástica.

Não há, por isso, como se ir buscar nesse ou naquele país um padrão para o tipo de reforma agrária que pretendamos equacionar. Naturalmente que se tem de pensar na grande quantidade de brasileiros, que, vivendo da terra, não tem com a mesma nenhum traço de ligação. Mas nenhum modelo, previamente estabelecido, poderá apresentar soluções e, certamente, devemos fugir do pressuposto de que teremos de construir uma estrutura agrária nova, integrativa, ao lado de uma estrutura industrial que, por todos os motivos e fatores, só se cria em termos de renovação.

O processo de desenvolvimento brasileiro terá de conduzir o desmonte da estrutura arcaica da terra, mas sem querer

criar uma outra estrutura estanque. A liberação da população, no sentido dos outros setores, terá de decompor qualquer modelo que atualmente se fizesse, partindo de pressupostos estoques de população rural.

Não seria conveniente usar, aqui, dados dos últimos censos brasileiros, para mostrar essa transferência da população rural para a urbana. Esses dados têm uma conceituação defeituosa de origem, pois que o sentido de rural e urbano nos censos tem uma carga mais espacial que societária e profissional.

O que é preciso ter em vista é o fato de que a desruralização não se faz apenas com as correntes de êxodo rural demandando as capitais dos Estados e as grandes cidades regionais interioranas. Uma maior parte dessa desruralização tem que ser obtida com a penetração do urbano no rural, com a criação dos serviços, visando, sobretudo, a uma barragem em tórno daquelas áreas que sejam propícias a projetos de pontos germinativos. Com a capitalização da Agricultura e a diversificação da mão-de-obra, através da criação intensiva de indústrias de beneficiamento e de transformação, as liberações da população rural se processarão em termos de mudança de estrutura profissional e não de transferência espacial.

O fenômeno da transferência pelo êxodo tem características universais. A exaltação da pequena propriedade familiar, dentro de um sentido mais de ingenuidade bucólica que do estudo dos processos de mudança das estruturas econômicas, está fadada a criar muitas desilusões. Países de tradição da pequena propriedade, como a França, estão a braços com o abandono desses lotes. Uma pesquisa levada a efeito, nesse País, em 1960, dava as seguintes causas para o êxodo:

- Insuficiência do salário da renda gerada
- Desejo de aprender um ofício
- Rendimento decrescente, dentro da unidade de exploração, pelo crescimento da família
- Ausência de perspectiva para o futuro
- Disparidade entre o ganho e o trabalho necessário para obtê-lo
- Duração excessiva dos trabalhos
- Problemas de saúde
- Falta de capitais e de crédito para a exploração
- Desejo de independência
- Condições de vida no campo. (2)

(2) O trabalho *Êxodo e Fização*, do autor, encontrou para o Nordeste quase que as mesmas alegações, como motivo de abandono da terra.

A crescente atração pelos quadros urbanos é de molde a transferir a própria miséria e despreparo rurais para as áreas das cidades.

Recente simpósio realizado em Groningen (Holanda), para o estudo da adaptação e formação da mão-de-obra rural no trabalho industrial, chegava às mesmas conclusões já salientadas por alguns pesquisadores brasileiros, ou seja, que “nos países de desenvolvimento retardado, a pressão para abandonar a agricultura é tão forte que conduz a um desequilíbrio entre os que saem e a necessária correspondência com os empregos oferecidos pela indústria ou pelas outras atividades das cidades. As conseqüências desse fato são penosas: concorrem para a diminuição dos salários, para agravar o desemprego e criar condições de vida urbana degradantes com a formação de um subproletariado”.

A posição do setor industrial é, deste modo, fomentar mudanças na estrutura agrícola e, sobretudo, procurar intensificar naquele setor uma melhor geração de rendas e um mercado para os seus produtos.

Tôda essa organização baseadas no simples apanágio da terra, sem existência de função efetiva empresarial e sem condições para aumentar o produto bruto agrícola e as rendas familiares dos ruralistas, passa a ser empecilho ao desenvolvimento dos demais setores — secundário e terciário.

O crescimento do produto bruto interno em função de desenvolvimento equilibrado destinará sempre menor participação do setor primário, no seu total. Isto vem acontecendo a todos os países em processo de desenvolvimento, e é uma constante nos países maduros. Não se deve pensar, todavia, que o setor primário passaria a produzir menos; é que a sua estrutura se modifica e em grande parte do seu processamento passa do setor primário para o secundário. Também, pelo fato de que a necessidade dos produtos agrícolas de consumo alimentar sofre um fator limitante: a capacidade de nossos estômagos. Essa capacidade multiplicada pelo número de pessoas de uma região ou país, decide do *quantum* de alimentos que se terá a produzir. O mesmo não acontece aos demais produtos. Apesar de se ter apenas dois pés, uma infinidade de pessoas pode possuir quantidade de pares de sapatos, muito superior, às vezes, ao seu próprio uso. O *máximo* alimentar, todavia, não pode ser excedido de uma base de 3 000 calorias e, hoje, existem, nos países desenvolvidos, mais médicos para regular ou fazer diminuir êsse consumo aos seus clientes do que para incentivar o seu aumento.

No que toca à produção de alimentos há, porém, um fato novo a considerar: o extraordinário crescimento da população nos últimos tempos, com a queda da mortalidade nos primeiros anos de vida, em face, sobretudo, dos novos antibióticos descobertos. A população do globo que se contava por um bilhão, em 1830, passou a ser de 2 bilhões em 1930 e de 3 bilhões em 1960. Em trinta anos, cresceu tanto como no período anterior de um século. A população faminta, todavia, não está do lado dos países que puderam desenvolver os setores secundários e terciários; está, justamente, naqueles países chamados de *agrícolas*, pela elevada população nesse setor e onde uma crosta agrária, correspondendo a uma rígida sociedade tradicional, não sentiu ainda o dilema que lhe foi imposto — modificar-se ou cair em níveis cada vez mais baixos de pobreza. Esses índices de pobreza não irão incidir somente sobre os cobrados nesses mais baixos níveis econômicos e sociais. Alcançarão, igualmente, os que estiverem no alto da pirâmide e que não poderão tirar mais da enxada e dos processos arcaicos de exploração agrícola o rendimento que antes lhes assegurava um alto padrão de vida, através de um defeituoso sistema de distribuição dos bens finais produzidos.

A República Federativa Alemã, possuindo hoje cerca de 12% da população ativa na agricultura, pode produzir 10 vezes mais alimentos do que há 13 anos atrás na mesma área da Grande Alemanha. Para outros países, convém examinar o Quadro que se segue, de suficiente clareza:

POPULAÇÃO ATIVA E PERCENTAGEM DA AGRICULTURA NO
PRODUTO BRUTO INTERNO

	<i>Relação Produto Interno/Agricultura 1960</i>	<i>População Agrícola (Últimos dados da FAO)</i>
Argentina	22,3%	20,0%
Brasil	22,5%	54,9%
Canadá	7,0%	16,0%
Colômbia	34,6%	53,6%
Estados Unidos	4,0%	13,0%
Filipinas	33,7%	69,0%
França	9,8%	25,0%
Índia	48,1%	70,0%
Paraguai	40,0%	56,0%
Venezuela	13,0%	40,0%

O erro de certos economistas no atentar sobre o problema da liberação da população agrícola consistia em encararem apenas o fato, do ponto de vista de transferência espacial e não de uma mudança de tecnologia e de uma crescente penetração industrial no próprio campo agrícola.

No caso brasileiro, o que convém examinar em relação a uma reforma de base do sentido agrário, não é uma ação global e direta sobre todo o âmbito rural. Efetivamente, a existência de grande número dos *sem terra* aconselha uma entrega imediata de gleba a um maior número destes, tendo em vista que a terra, entre nós, não é fator limitante. Mas é necessário que se pense em termos econômicos de produção. Se se conseguir aliviar certas áreas de desemprego disfarçado da super-oferta de mão-de-obra, as grandes fazendas terão de aprender a usar tecnologia adequada e máquinas, para compensar essa baixa de oferta de braços que lhes escapará. Isso significará uma possibilidade de correção de práticas agrícolas e de melhoria de produtividade.

Por outro lado, a criação de colônias, ou simples parcelamento da propriedade não ajudará àqueles que receberem essas terras. Existirá, antes, o perigo de fazê-las fracassar, a fim de que não se passe recibo da incapacidade do homem brasileiro, colocado nos mais baixos níveis sociais.

Haverá necessidade, por conseguinte, de se dar assistência técnica a estes homens, de criar-se em torno dessas novas comunidades que surgem um vigoroso anel de serviços. Serviços sociais e técnico-assistenciais, para que os colocados em lotes parcelários ou em extensões do tipo cooperativista ou, ainda, em empresas mistas estatais, possam participar de uma estrutura de crédito, de comercialização e de tecnologia agrícola que os habilite a competir dentro da estrutura da produção e do mercado.

De certa maneira, nas áreas que se abrirem aos projetos-piloto de uma reforma agrária que não poderá ser extensiva nem deixar de consultar as peculiaridades regionais, se tem de agir dentro de critérios que se regulem por propósitos dessa natureza:

- 1 — Esforço para estabelecimento do equilíbrio social
- 2 — Emprego pleno ou multiplicação de empregos nas áreas de maior tensão demográfica.

- 3 — Uso adequado de fatores e correção dos vícios da comercialização
- 4 — Aumento de renda por família
- 5 — Melhoria tecnológica em relação aos padrões da área circundante
- 6 — Dinamização da estrutura política, para romper o arcaísmo de relações de trabalho e a força da tradição dos hábitos anti-humanos.

O Problema do Latifúndio

As análises da estrutura agrária e as conceituações sobre latifúndio vão se multiplicando, ora com o sentido de sustentar o mero apanágio da posse da terra, ora de criar condições de mudança.

A simples definição dada ao *latifúndio* de uma grande extensão de terra, tomada à conceituação romana, já não satisfaz, quando se considera os diferentes usos ou o *não uso* da propriedade.

A subdivisão em latifúndio produtivo e improdutivo generalizou-se no Brasil. A definição de produtivo, porém, pode e deve estar sujeita a uma variedade de conceitos ou de pesos, para ensejar uma classificação.

Técnico da FAO apresentou uma divisão nova muito engenhosa: latifúndios naturais e latifúndios econômicos. Essa divisão é precária, também por idênticos motivos. Talvez, mesmo, tornasse mais difícil a classificação, porque os chamados latifúndios “econômicos” iriam exigir uma outra decomposição e os “naturais” poderiam ser confundidos com áreas mais extensas de igual comportamento físico.

A verdade é que a palavra *latifúndio* passou a ser discutida mais em termos de interesse possessório e receber uma carga sociológica que não permite utilizá-la, sem criar discussões infundáveis.

Estudioso brasileiro ⁽³⁾ já oferecera uma classificação de latifúndio em termos mais aceitáveis, sob o aspecto do uso e da gradação deste uso, procurando corrigir a definição mais simplista de natural, produtivo e improdutivo.

⁽³⁾ Anais do Grupo de Estudos da Equipe Agrária (CNI — ASCOFAM — INUB — Estudo de autoria de Souza Barros).

Esta divisão é a seguinte:

Latifúndio improdutivo	Naturais	1 — Áreas ainda situadas em regiões de anecúmeno mas com vínculos de posse
		2 — Totalmente inaproveitado, mas com vínculos da posse
	De economias fechadas	1 — Grandes fazendas de exploração extrativa, de baixo rendimento econômico, entrosadas com uma economia de mercado
		2 — Fazendas extensivas agropecuárias com reduzido índice de exploração e sem economia de mercado assegurada
Latifúndio produtivo	1 — "Plantation".	
	2 — Latifúndio da parceria, com donos absenteístas e com fraca economia de mercado.	
	3 — Grandes fazendas agrícolas de tipo empresarial, de alto nível de capitalização e produção diversificada ou não.	
	4 — Fazendas pecuárias de tipo empresarial de apreciável rendimento econômico e já aplicando tecnologia e práticas de defesa sanitária.	
	5 — Fazendas agropecuárias de alto nível (tecnológico e de grande rentabilidade por cabeça).	

Naturalmente que êsses critérios têm suporte puramente econômico. Como distinguir, porém, nesses casos, êsses aspectos dos demais, tão inter-relacionados aparecem?

A tradição da grande propriedade no Brasil data da descoberta dessas terras e da doação em sesmarias (*). A

(*) Os vínculos ou relação de propriedade, ao tempo da descoberta do Brasil, eram: a) domínio da coroa; b) domínio ou terras do rei; c) bens de reguengo; d) terras alodiais e, por último, e) terras ou concessões das companhias privilegiadas, estas fundadas 100 anos depois da descoberta do Brasil. No caso brasileiro, pode-se dizer que não ocorreu como na metrópole, o vínculo "mansus de colonus". A vinculação, quer no domínial ou no alodial, como preferirem, minadas correlações com a "quintá" portuguesa que se coloca na mesma filiação do "demesne" francês. Para os interessados nessas buscas, que não resolvem a reforma agrária mas que explicam a estrutura, consultar entre outras fontes: Alfons Dopsch, *Fundamentos Económicos y Sociales de La Cultura Europea*; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira; Armando Castro, *A Evolução Económica de Portugal*; Max Weber, *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica. — Juan Beneyto, *Del feudo a la economía nacional e João Lucio de Azevedo, História de Portugal*.

metrópole não tinha potencial humano para abarcar a grande extensão descoberta, sem dividi-la em grandes e imensos lotes, e a divisão se fazia partindo do litoral sem nenhum termo limitante, no sentido do Oeste. Havia implicações, também, com o fato de não se querer deixar a terra “sem dono”, seguindo-se o preceito que o direito feudal francês viera a estabelecer: “Nulle terre sans seigneur”.

Resultava, por conseguinte, não só de poucos elementos humanos para ocupá-la, como de uma tradição européia.

Aliás, a tradição da grande propriedade se firmava em quase todo o mundo. Os sistemas se baseavam, a princípio, naquele desejo de terra por apanágio. Na própria Ásia, de pressão demográfica multiseular, se tem conhecimento dessa tradição. A grande propriedade correspondendo a uma pequena empresa, mas, de caráter fiscal ou administrativo sobre um número extenso de servos ou trabalhadores escravos (Aspectos da família parental — vide *Subdesenvolvimento, Nordeste e Nacionalismo* — Souza Barros, São Paulo, Livr. Fulgor).

Não está inserido aqui o tamanho em função de proximidade de centros populosos. Nesta hipótese, o maior divisor da sistematização do latifúndio será o próprio custo da terra. Fora das explorações de hortigrangeiros e da criação de pequenos animais e de gado *vacum* em fase de engorda ou para produção de leite, não há como se querer sustentar os projetos de cinturões verdes. O incremento da valorização da terra expulsa a agricultura e, no Brasil, há terras em excesso para se querer tentar expropriação de alto custo, pela simples proximidade de núcleos populacionais mais densos.

A grande propriedade do tipo “plantation” — grande extensão e grande empresa — surgiu mais em função de um sistema de exploração colonial e é sob este aspecto que se podem estabelecer os vínculos originais em relação à situação das “plantations” brasileiras.

Ao se encarar, entre nós, a grande proporção de homens *sem terra*, vivendo, ou melhor, procurando viver da agricultura, torna-se realmente necessário estabelecer medidas para quebrar a velha estrutura agrária. Não se pode, entretanto, pensar em modelos pré-estabelecidos. O processo de desenvolvimento é global e o modelo que estabelecesse, de antemão, o número de famílias a atender, a longo prazo, estaria

esquecendo que, no caso desses modelos, a variável da população é independente. A liberação da população com vistas aos setores obrigará a uma revisão constante dos projetos e diversificará, crescentemente, a utilização dos recursos humanos, sobretudo naquele sentido de uma mudança estrutural.

No caso brasileiro, não havendo possibilidade de absorção, em maior ritmo, das sobras da população rural na indústria nem de capitalizar a agricultura em áreas onde o desemprego disfarçado criou precaríssimos índices de renda familiar, o problema terá que ser resolvido, como já se disse anteriormente, no sentido de mais rápidas providências para a entrega de terras aos despossuídos que, convenientemente ajudados, saibam dela tirar elementos de riqueza e de aumento do produto agrícola nacional. Para isto, não há fator limitante do lado *terra*; poderá haver, quando muito, dificuldade de equacionar uma solução ou as muitas soluções, dentro de um especificado critério de respeito às nossas grandes diferenciações regionais.

ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E ESTRUTURA AGRÁRIA

Há uma identificação entre estrutura agrária atrasada, arcaica, e certo tipo de população que os demógrafos costumam chamar de *jovem*. A população do Brasil é uma população jovem, não porque o Brasil seja um país novo, mas porque a sua estrutura etária tem um viés pronunciado, de grande peso, nos primeiros grupos de idade. Cerca de 51,6 da população encontrada pelo censo de 1960 está compreendida entre 0 e 19 anos. Ter uma população desse tipo significa um grande encargo, um grande custo social. Trata-se, justamente, dos grupos populacionais que, a partir de certa idade, reclamam escolas, educação, assistência e que não possuem ainda quase nenhum rendimento econômico, nenhuma experiência profissional.

As populações rurais são as grandes matrizes de incremento populacional. O crescimento vegetativo da população nos países subdesenvolvidos se encontra nos campos, na área rural, e assim, a maior parte dessa população jovem é da área rural.

A conceituação dessas populações espalhadas em países de estrutura primária foi estabelecida através de índices que, segundo Sauvy, caracterizam as áreas estagnadas ou um lento processo de desenvolvimento. Os índices de Lacosta ou de Claude Levy também sobre os tipos de população, através de estágios de desenvolvimento, chegaram às mesmas conclusões.

As características comuns a uma população desse tipo, indicadas por Sauvy, são, entre outras, as seguintes:

Forte natalidade, forte mortalidade — notadamente mortalidade infantil; desnutrição, grande coeficiente de analfabetismo; forte proporção de trabalhadores braçais e de ocupações manuais; subemprego ou desemprego disfarçado; submissão da mulher; trabalho infantil; ausência de classes médias e regime autoritário ou mascaramento democrático, mas sem o exercício dos institutos democráticos.

Podemos, sem tirar nem pôr, atribuir todos esses índices negativos a grandes e significativas extensões da nossa área rural.

Se alguns desses índices não se ajustam a certas zonas do sul do Brasil, sobretudo às áreas industriais de São Paulo e Guanabara e algumas mais, de maior concentração urbana, eles correspondem inteiramente a toda a zona rural, mesmo a certos trechos de São Paulo, como os da orla marítima.

É exato que São Paulo foge a certas características da população brasileira. No Censo de 1950, já aquele Estado apresentava uma densidade média de 37 habitantes por km² e as cidades e vilas retinham, naquele ano, uma população urbana correspondente a 47% da população total. No Censo de 1960, a percentagem da população rural baixava para 37%.

Os aspectos da desnutrição e analfabetismo são patentes. Trata-se, em grande parte, de população enfêrma, dentro daquele ciclo das doenças chamadas de massa e desconhecendo tôdas as exigências quanto a equipamento higiênico de base.

Em razão do incremento da população nos primeiros grupos de idade, cresce o analfabetismo. Os analfabetos eram, em 1920, 11,5 milhões e em 1950, 15,3 milhões. Cresce assim nas áreas rurais o número dos que não sabem ler, como cresce nas áreas urbanas a alfabetização.

VARIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO DO
BRASIL, DE 1900 A 1970

a) *Dados absolutos*

ANO	GRUPOS DE IDADE (Anos)			Total
	0 a 19	20 a 59	60 e mais	
1900.....	10 082 200	7 571 200	600 600	18 200 000
1920.....	14 932 500	11 467 500	1 100 000	27 500 000
1940.....	21 987 820	17 573 754	1 691 370	41 252 944
1950.....	27 079 682	22 713 668	2 187 007	51 976 357
1960.....	36 619 067	31 083 627	3 264 491	70 967 185
1970 (1).....	48 867 882	41 915 280	4 667 828	95 262 000

b) *Dados relativos*

ANO	GRUPOS DE IDADE (Anos)			Total
	0 a 19	20 a 59	60 e mais	
1900.....	55,1	41,6	3,3	100,0
1920.....	54,3	41,7	4,0	100,0
1940.....	53,3	42,6	4,1	100,0
1950.....	52,1	43,7	4,2	100,0
1960.....	51,6	43,8	4,6	100,0
1970 (1).....	51,1	44,0	4,9	100,0

De tal maneira essa patologia do meio rural se vem identificando com as estruturas agrárias arcaicas que a IX Resoluções da OIT recomendava aos governos participantes fôsem estabelecidas medidas urgentes de combate à pobreza, doença, analfabetismo e isolamento, no meio rural, de maneira a evitar que as áreas urbanas continuassem a exercer perigosa atração para essas populações, evitando-se por essa maneira "migrações excessivas dos trabalhadores rurais e tendências a transplantar a pobreza rural para as cidades".

O problema da reestruturação agrária tem a maior importância para a contenção desse êxodo que não está encontrando absorção apreciável nas áreas industrializadas das cidades. De fato, desenvolvimento é penetração do urbano no rural. Urbano neste sentido de setor secundário e terciário,

isto é, indústrias e serviços. Alguns economistas inteiramente aferrados à tese de que o desenvolvimento industrial conduz sempre ao desenvolvimento total e que a transferência de população é, em todos os casos, promissora, ainda não se aperceberam de que, no caso de certas regiões brasileiras, a transferência não se faz só em razão de desenvolvimento industrial nas áreas urbanas. Precisa-se de penetração na área rural, pois é a falta de estrutura mais fluída no campo que condiciona o êxodo, criando nas áreas urbanas um mercado de trabalho cada vez mais elástico favorável somente aos empregadores e proporcionando uma massa de desajustados que se torna, quase sempre, prêsas de paternalismo eleitoralista. A sua expressão é, portanto, o mocambo e a favela, nas suas mostras mais degradantes, e o regime de subemprego ou do desemprego disfarçado de que se falou mais acima.

Este nosso pensamento, expresso há mais de dez anos em *Êxodo e Fixação*, se ajusta ao que disse em 1958 J. D. Bernal: — “Um dos traços mais característicos da nova revolução industrial é a diminuição do número de pessoas ocupadas na agricultura, pelo fato da intensificação sempre crescente da produção agrícola. Mas isto não é admissível senão sob reserva e de modo que a mão-de-obra tornada disponível na agricultura seja absorvida pela indústria, a qual, a seu turno, poderá fornecer à agricultura as máquinas necessárias. Aqui, nós devemos examinar problemas de duas naturezas: os problemas puramente técnicos e biológicos de obtenção das colheitas ao máximo, de utilização de adubos, etc., e os problemas sociais da transformação da agricultura comercial com base na monocultura, em agricultura realmente coope-rada sobre uma base científica”. (*Rôle de la Science dans le développement de l'economie et de bien-être de l'humanité*, Symposium.)

ESTRUTURA AGRÁRIA DO NORDESTE

A apropriação da terra, no Brasil, iniciada com as donatárias, tem um ranço feudal. Talvez não se possa falar propriamente em regime feudal brasileiro. Mas as capitânias hereditárias trouxeram para o Brasil aspectos e marcas do sistema. A preocupação de distribuir toda a terra, ou seja, o *nule terre sans seigneur*, do direito feudal francês, aí estava presente. Com o insucesso das capitânias hereditárias, as

sesmarias continuaram essa tradição. Longe o despropósito do servo da gleba, sabemos, mas, através da sesmaria, certos usos do feudalismo continuaram: a corvéia, que ainda hoje se confirma com certos usos da parceria, e mesmo, com a "condição", em regimes mistos de salariado, na "platación" do açúcar; o cambão e a "condição" representam, dessa forma, influências sociais com ranços feudais. (5)

Dominando uma área enorme sem dispor de recursos humanos, e obrigado a reagir por tôdas as maneiras contra possíveis incursões de estrangeiros, Portugal tinha interêsse em ocupar tôda a terra brasileira. Daí a milagrosa presença de "fortes" e "defesas" nas mais afastadas regiões do Brasil, não só nas da margem oceânica, mas, através de penetração em rios imensos, nas lonjuras da Amazônia, como os conhecidos casos de Óbidos e Santarém.

Naquelas capitânicas que "prosperaram" como o caso de Pernambuco e Santo Amaro, onde a cultura da cana conseguiu êsse hibridismo de uma produção baseada na escravidão e de um sistema comercial, ou de relações com a metrópole, tendo por base um instituto econômico perfeitamente ajustado às tradições da burguesia comercial — os aspectos do feudalismo estiveram, por assim dizer, ausentes. Terminada, porém, a escravidão, êsses aspectos estariam presentes, tão presentes como os latifúndios da monocultura e da criação.

A ocupação das terras no Nordeste se fêz, assim, extensivamente, baseada na sesmaria e continuada no latifúndio. Quando se explica que a colonização não lusitana procurou as terras do Sul por identificação e similitude de clima, dando ênfase às possibilidades da região temperada, pode-se perguntar que terras restavam ao Nordeste para uma colonização dêsse tipo, mesmo de colonos que pudessem identificar-se melhor com a região semitropical. A ocupação fôra extensiva, e a pobreza física do Nordeste, a que hoje se alude, poderia justificar-se também com a forma defeituosa da ocupação global de suas terras.

No Sul, havia terras livres, para colonização, e terras melhores do que as do Nordeste. Ainda hoje, no Paraná, grandes faixas de terra dão lugar a uma luta entre posseiros

(5) Durante a Idade Média Portuguesa, o servo da gleba trabalhava para o senhor quase totalmente. Além da entrega dos produtos ao senhor da terra, no período de tempo que lhe ficava livre para trabalho de subsistência, muitas vezes ainda era atingido pelas "corvéias" e "jeiras", ou seja, as designações correntes desde o século XII até quase agora, em Portugal, para definir o trabalho pessoal e gratuito dado pelos camponeses aos proprietários e mesmo ao Governo, exceção apenas das terras alodiais. Os termos "cambão" e "condição" do Nordeste correspondem mais ou menos a êsses aspectos de corvéia e jeiras portuguesas.

e companhias formadas, nem sempre criteriosamente, para a sua exploração. Se dividirmos o Brasil entre uma área ecúmena, já ocupada, e outra anecúmena, a ocupar, verificaremos que o Nordeste está fora da segunda. Não conta a situação do Maranhão, e seu nôvo crisma de Meio Norte, dá bem a idéia da segurança da assertiva.

No Nordeste, o latifúndio tem duas expressões distintas: a área úmida, tôda ocupada por grandes propriedades, e representando uma forma de exploração monocultural; e o sertão, a pecuária extensiva, exprimindo e dando corpo a formação de grandes propriedades. Elas resistiriam, mesmo nessa última faixa, a presença do govêrno, com as grandes obras de açudagem, em relação às quais se perpetraria o grande êrro de fazer a desapropriação apenas das áreas de inundação, continuando essas obras, como grandes "elefantes brancos", ilhadas e sem serventia social, entre os latifúndios impenetráveis.

São essas formas de estrutura que estabelecem relações desumanas e antieconômicas no meio rural. Foram determinadas, como vimos, por fatores que presidiram à nossa formação colonial. Trata-se, como já disse um estudioso dêsses problemas, do "compreensível corolário do anacronismo da nossa estrutura agrária, cuja moldura obrigatória é o latifúndio absenteísta. Três fatores o caracterizam: alta concentração da propriedade fundiária, relações de trabalho desumanas, e sistemas agrícolas rotineiros e predatórios". (6)

De tal forma a ocupação é antieconômica, que apenas trabalhamos 3% das terras agrícolas do país. Mas, a terra apropriada, na extensão total do ecúmeno, tem vínculos terrivelmente anômalos. Cêrca de 149 mil proprietários, isto é, 8% do número total dêstes, ou, apenas, 1,4% de todos os que trabalham na terra, são donos de $\frac{3}{4}$ partes da área total das propriedades agrícolas. Constituem a minoria afortunada, que monopoliza a terra, no Brasil. Há perto de 1 000 propriedades de mais de 1 000 hectares, e 60 proprietários dispõem de latifúndios com 6 milhões de hectares, ou seja, 3% de tôda a área das propriedades agrícolas.

Numerosas propriedades pequenas e antieconômicas somando ridícula parcela nessa divisão, se distribuem, no entanto, por elevado número de pobres agricultores sem rendimento apreciável. Êles eram, no caso do Nordeste, mais de 82% no Maranhão, 54% em Sergipe, 44% nas Alagoas e 41% em Pernambuco.

(6) Apreciação de Pompeu Acloly Borges.

Que esta apropriação desmesurada, por um lado, e insignificante, por outro, tem altos reflexos na economia e nas relações de trabalho, não se precisa provar. É uma verdade evidente. Lembraria, apenas, um fato, nesse estado de coisas, que já não vai tão longe, mas que expressa que a apropriação de terras, por apanágio, sem ter em conta o rendimento e a produtividade das mesmas, não pode conduzir a agricultura aos seus melhores destinos, nem garantir a sua correlação com a fase de desenvolvimento que se deseja para este país.

Em certo período de lavoura açucareira pernambucana, comprar terras para as usinas e estender trilhos para ir apanhar as canas era uma exigência da produção. Chegou-se ao extremo de os trilhos das usinas somarem mais, no total, que os de serviço público.

O lançamento de salário-mínimo e a fuga de trabalhadores das áreas onde as relações de trabalho não lhes ofereciam garantias levaram os usineiros a melhorar o rendimento de suas terras, a adubá-las e irrigá-las, estabelecendo nova fase para a indústria do açúcar na região. Comprar terra não era mais imposição de apanágio. Os problemas da economia da cana eram lançados em termos de rendimento. Chegou-se mesmo a vender terras e a diversificar a produção, embora timidamente. Plantéis de gado "raçado" começavam a estabelecer-se e, em torno dos núcleos industriais, outros aspectos sociais se esboçaram, com melhor divisão do trabalho e de atividades. É nesta atual situação que admitimos que o latifúndio açucareiro, com o salariado e maior divisão do trabalho, tem vantagens técnicas e sociais sobre o latifúndio da parceria.

As péssimas relações de trabalho dentro da estrutura agrária estão criando aglomerados urbanos, como os do grande Recife, onde o marginalismo de quase metade da população é um dos graves problemas. Não é a agricultura, por ter melhorado os seus índices de produtividade, que está liberando maior massa agrícola, nem a indústria que, pela sua força de investimento, esteja absorvendo esta liberação. O mercado de trabalho do Recife continua restrito. Muitas indústrias, pelo imperativo de "automação", quando instaladas, pouco absorverão dessa mão-de-obra, semi-ociosa ou totalmente ociosa, que habita os mangues e está subindo pelos morros, em torno do delta dos rios que enfeitam a paisagem recifense.

Esta situação não pode deixar de ser meditada. Quando se examina a pirâmide de população, no Nordeste, e se vê a sua larga base, podendo-se admitir a sua duplicação num

período de 15 a 20 anos, é que se pode calcular o complexo problema do crescimento populacional da região, e o que êle representará futuramente, em novos empregos, escolas, habitações, níveis de vida; êstes, aliás, terão de ser calculados em outras bases, porque o povo se está politizando e deseja uma participação nos produtos finais da riqueza. Por outro lado, com o aparecimento dos antibióticos, o crescimento da população, mesmo em países subdesenvolvidos como o nosso, tem oportunidade de revigoração muito mais rápido. Nos últimos 150 anos, o crescimento da população mundial contrariou todos os prognósticos, e se afirmou de maneira a constituir, para nós, uma advertência. Era um bilhão em 1830; chegou a dois bilhões em 1930 e a três bilhões em 1960.

O Recife pode servir de exemplo. Entre 1940 a 1950, cresceu a um ritmo de quase 20 000 habitantes por ano. Se não são criadas condições para absorção dêsses novos habitantes, e se novas riquezas não são estimuladas, é claro que tudo o que fôr feito, em menor ritmo que o dêsse crescimento, resultará em saldo desfavorável, no todo.

Os fatores são múltiplos e complexos os resultados. Mas, não se poderia deixar de dar ênfase ao setor da agricultura em qualquer programa de desenvolvimento, sobretudo para que melhor se examine o problema da nossa estrutura agrária, que, entre os demais, bem pode recolher um pêso ainda não estimado dos males que nos atormentam.

Conviria lembrar que o programa de Reforma Agrária, embora seja sempre indicado como uma necessidade social, êle o é, no entanto, também, de muito interêsse, do ponto de vista do desenvolvimento do setor agrícola. Corresponde, assim, a uma necessidade de melhor produtividade nesse setor e, também, de uma maior e mais equânime distribuição de rendas.

Kalder, que é um grande técnico de economia de país maduro, acha que os países em crescimento deviam desenvolver em primeiro lugar o setor agrícola e só então se lançar no desenvolvimento do setor industrial.

Afirma êle que essa preferência é que teria que evitar as distorções entre setores e, sobretudo, a carência de produtos alimentares e primários para a indústria.

Kalder, porém, é economista de país desenvolvido e talvez não tenha sentido, com muita objetividade, a importância de se partir para desenvolvimento dando realmente um grande ressalto aos aspectos principais do setor industrial.

Convém, no entanto, lembrar que o Brasil (se isto é erro) já fez esta distorção desde 1955 e que agora estamos sofrendo esta falta de correspondência do desenvolvimento global entre os dois setores.

Notar igualmente que a Reforma Agrária em país de grande extensão de terra e de baixo índice de seu aproveitamento e utilização, como é o nosso, tem necessidade de abrir — com a maior urgência — novas frentes de trabalho para uso da mão-de-obra excedente no campo e que vai tornando a produtividade brasileira decorrente do aproveitamento dessa energia muscular humana uma das mais baixas nos quadros comparativos dos países de incipiente desenvolvimento.

Forçar então a transferência dessa mão-de-obra excedente é igualmente forçar a mecanização da exploração agrícola nessas áreas de latifúndio que se servem de maneira tradicional do excesso de mão-de-obra natural.

Isto é de tal modo que, enquanto nós temos índices de trabalho na terra — 1 homem — 2 hectares, nos Estados Unidos tem 1 homem — 25 hectares. E ainda se fala em falta de braços para os trabalhos agrícolas.

Capivari e outras experiências-pilotos de reforma agrária, no Brasil, já demonstraram que, em lugar de se conseguir menor disponibilidade de excedentes para mercado, se tem conseguido maiores, pois, as novas características de trabalho e melhores técnicas aduzidas com uma assistência (mesmo não sistemática) fizeram com que êsses núcleos-pilotos pudessem oferecer muito maior produtividade homem-área.

Também a alínea *b* não teria uma grande correspondência no caso brasileiro, pois, no geral, poderíamos conseguir, de início, terras que não deveriam trazer questões judiciais tão complexas, consideradas as grandes extensões não cultivadas no Brasil e que, naturalmente, podem ser adquiridas com mais facilidade do que nos países onde a terra já está quase que completamente ocupada agricolamente.

O problema da Reforma Agrária, no Brasil, se casa perfeitamente com o problema do desenvolvimento global. Criar novas fontes de trabalho e transferir para êsses projetos de Reforma Agrária os excedentes de mão-de-obra é aumentar imediatamente a produção de gêneros alimentícios. Por sua vez, retirar excedentes de mão-de-obra é compelir a maior emprêgo de máquinas e melhores índices de produtividade nas propriedades privadas que se vêm servindo de energia

muscular humana para os seus trabalhos tradicionais. Ao se conseguir maior emprêgo de máquinas, se estimulará, por outro lado, a produção industrial nas áreas urbanas, e que redundará em aumentar a demanda de produtos alimentares e de matérias-primas para a indústria, também nestas áreas. Este jôgo de reflexos ou êsse crescimento circular de riquezas é o que torna imperativa a Reforma Agrária no Brasil, sobretudo em têrmos peculiares às condições brasileiras, ou seja, tendo em vista a nossa grande extensão territorial e também as repercussões que já se vem sentindo no setor agrícola com a ênfase colocada a partir de 1955, apenas no setor industrial.

Uma reforma agrária pode ser encarada por diversas maneiras. Não há um só caminho, tampouco êsses caminhos e métodos não são produtos de importação. As possibilidades do Brasil para fazer uma reestruturação agrária são inúmeras, e podemos nos dar ao luxo de seguir não um só método, mas diversos, e, ainda, de combiná-los da melhor forma.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Vicente — Agricultura e desenvolvimento econômico.
- ANTONIL, André João — Cultura e opulência do Brasil. Bahia, 1955.
- AZEVEDO, João Lúcio de — História de Portugal.
- BENEYTO, Juan — Del feudo a la economía nacional. Madrid, Aguilar, 1953.
- BERNAL, J. D. — Rôle de la science dans le développement de l'économie et de bien-être de l'humanité.
- BORGES, Pompeu Acioly — Anais do Grupo de Estudos da Equipe Agrária (CNI, ASCOFAM e INUB).
- BOUTHOU, Gaston — La surpopulation dans le monde. Paris, Payot, 1958.
- CARNEIRO LEÃO, A. — Fundamentos de sociologia. Rio, 1940.
- CASTRO, Armando — A evolução econômica de Portugal. Lisboa, Portugália Editôra, 1964.
- CASTRO, Josué de — Geografia da fome. São Paulo, Editôra Brasiliense, 1961.
- CNI, ASCOFAM, INUB — Anais do Grupo de Estudos da Equipe Agrária. (Datilografado).
- COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA — Diretrizes para uma reforma agrária no Brasil.
- COONTZ, Sidney H. — Teorías de la población y su interpretación económica.
- CUVILLIER, Armand — Introdução à sociologia. São Paulo, 1954.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel — População e propriedade da terra no Brasil.
- DOPSCH, Alfons — Fundamentos económicos y sociales de la cultura europea. México, Fondo de Cultura Económica, 1951.
- FREYRE, Gilberto — Curso de Sociologia. Rio, Universidade do Distrito Federal 1935/36, 1940 (Mimeografado).
- FRIEDMAN, John R. P. — Introdução ao planejamento regional. Rio, EBAP, FGV, 1960.
- GALPIN, Charles J. — Rural relations of the villages and the small city.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUÊSA E BRASILEIRA.
- GURVITCH, Georges — Déterminismes sociaux et liberté humaine. Paris, 1955.
- GURVITCH, Georges — La vocación actual de la sociologie. México, Fondo de Cultura Económica, 1953.

- HALBWACHS, Maurice — Morphologie sociale. Paris, Armand Colin, 1946.
- HANSER, Philip — Demographic indicators of economic development. IBGE — Recenseamento de 1960.
- JAMES, Preston E. — Latin America. New York, 1959.
- KALDOR, Nicholas — Características do desenvolvimento econômico (Conferência). Rev. Bras. Econ., 11 (1) março 1957.
- LACOSTE, Yves — Os países subdesenvolvidos. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1961.
- LACROIX, Jean — La sociologie d'Auguste Comte. Paris, Presses Universitaires de France, 1956.
- MANNHEIM, Karl — Ensayos de sociologia de la cultura. Madrid, Aguilar, 1957.
- MARTINS, Luís — O patriarca e o bacharel. São Paulo, Liv. Martins.
- MENDRAS, Henri — Sociologie de la campagne française. Paris, Presses Universitaires de France, 1959.
- NAÇÕES UNIDAS — Assembléia Geral de 1950. Resolução n.º 401.
- PARK, Robert E. — An outline of the principles of sociology. New York, Barnes & Noble, 1946.
- PEARL, Raymond — The biology of population growth. Londres, Williams and Norgate, 1926.
- QUETELET, Adolphe — Physique sociale. Paris, Brussels, 1869.
- SAUVY, Alfred — Théorie générale de la population. Paris, 1952.
- SMITH, T. Lynn — Sociologia da vida rural. Rio, 1946.
- SMITH, T. Lynn — Sociologia rural. Venezuela, 1963.
- SOUZA, Gabriel Soares de — Tratado descritivo do Brasil. Rio, 1851.
- SOUZA BARROS — Cêrcas sertanejas. Rio, MEC (Coleção Cadernos de Cultura).
- SOUZA BARROS — Conferências nas Jornadas da Aliança para o Progresso do Brasil, agosto 1963.
- SOUZA BARROS — Distribuição da pequena, média e grande propriedade no Estado. Boletim da SAIC. Recife, 1936.
- SOUZA BARROS — Êxodo e fixação. Rio, M. A., 1963.
- SOUZA BARROS — Matolão de pau-de-arara. Rio, 1964.
- SOUZA BARROS — O Nordeste. Rio, MVOP (Coleção Mauá), 1954.
- SOUZA BARROS — Subdesenvolvimento, Nordeste e Nacionalismo. São Paulo, Editora Fulgor, 1965.
- VIAU, Pierre — Révolution agricole et propriété foncière. Paris, 1962.
- WEBER, Max — Economia y sociedad. México, Fondo de Cultura Económica, 1944.

Sob a orientação gráfica de
NUNO VIEIRA, este trabalho
foi composto e impresso nas
oficinas do Serviço Gráfico
do IBGE — GB — Brasil.



Serviço Gráfico do IBGE

Av. Brasil, 15 671 - Lucas, GD - Tel. 30-4743
